

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**O CRESCIMENTO DE FAVELAS EM FLORIANÓPOLIS :  
ANÁLISE E PERSPECTIVAS**

**KÁTIA DA SILVA**

**Florianópolis, julho de 2003.**

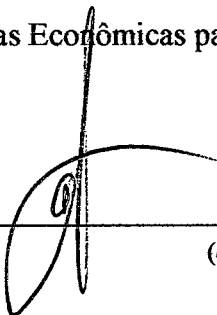
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**O CRESCIMENTO DE FAVELAS EM FLORIANÓPOLIS:  
ANÁLISE E PERSPECTIVAS**

**KÁTIA DA SILVA**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção da carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia

Orientador: Prof. Alberto da Silva Jones



(de acordo)

Área de pesquisa: Desenvolvimento Sócio-Econômico

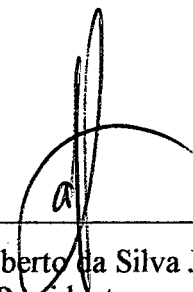
Palavras chave: 1- Urbanização  
2- Favelas  
3- Exclusão Social

Florianópolis, julho de 2003.

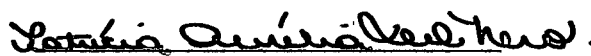
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A banca examinadora resolveu atribuir a nota 10,0 à aluna Kátia da Silva na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.


Banca Examinadora:



Prof. Alberto da Silva Jones  
Presidente



Prof.ª Patrícia Aurélia Del Nero  
Membro



Prof. Marcos A. Valente  
Membro

Florianópolis, julho de 2003

## **AGRADECIMENTOS**

**Agradeço, primeiramente a Deus.**

**À minha mãe Zulmira da Silva,  
pelo apoio, carinho e incentivo.**

**Ao meu sobrinho Anderson  
pelo companheirismo.**

**À minha irmã Adriana,  
por acreditar ser possível a  
realização deste trabalho.**

**Ao Professor Alberto da Silva Jones,  
pela paciência e atenção dispensada.**

**À Secretaria Municipal da Habitação,  
por Ter disponibilizado o material  
necessário a pesquisa.**

**Aos meus amigos, em especial,  
Moreira, Karla, Sandro e Marcelo.**

**Aos colegas de trabalho.**

**E a todos que direta ou indiretamente  
contribuíram para  
a realização deste trabalho.**



**“Cada um hospeda dentro de si uma águia,  
sente-se portador de um projeto infinito.  
Quer romper os limites apertados  
de seu arranjo existencial.  
Há movimentos na política, na educação  
e no processo de mundialização que  
pretende reduzir-nos a simples galinhas,  
confinadas aos limites do terreiro.  
Como vamos dar asas à águia,  
ganhar altura, integrar também  
a galinha e sermos heróis  
de nossa saga” ?...**

**(Leonardo Boff, a águia e a galinha)**

## **Resumo**

Florianópolis, como as demais cidades Brasileiras, vem sofrendo um rápido processo de urbanização desordenada, refletindo num crescente número de Favelas e da sua população. Podemos verificar, que o crescimento das Favelas, está ligado ao processo de desenvolvimento capitalista de produção, onde fica evidente as contradições existentes. Sendo que uma parcela pequena da população acumula grande parte dos benefícios, enquanto uma grande parcela sobrevive com muito pouco. Florianópolis, apesar de não apresentar-se como uma cidade industrial, atrai um contingente de migrantes, principalmente do interior do Estado em busca de alternativas. Faz-se necessário, portanto, abriremos espaço para discutirmos o assunto, ampliando o conhecimento sobre a origem das Favelas, suas carências, e principalmente, dando espaço para que sua população possa participar do benefícios na sociedade. O problema das Favelas, não é de fácil solução, exige, além de políticas Macroeconômicas, uma série de outras políticas, a princípio vistas apenas como compensatórias. No entanto, verifica-se que a medida que damos sustentação a políticas de inclusão social, podemos obter resultados satisfatórios. Principalmente, quando ampliamos a oportunidade dessa população participar do mercado de trabalho. Parece fundamental a integração entre as políticas, englobando a capacitação profissional e geração de renda, articuladas com os diversos segmentos sociais.

## LISTA DE TABELAS

1 – Distribuição da População Brasileira de 1950-90.....	15
2 – Classe de Tamanho da População das áreas urbanas, números de áreas urbanas, população residente e taxa percentual/população urbana – Brasil 1970/2000.....	23
3 – Número e percentual de pessoas, renda per capita mensal, pessoas e famílias com renda insuficiente, pessoas pobres, totais urbano e rural.....	35
4 – Número e percentual de pessoas, renda per capita mensal, pessoas e famílias com renda insuficiente e pessoas pobres nas regiões de Santa Catarina.....	35
5 – Números de domicílios e percentual de acesso aos serviços públicos de água, esgoto, coleta de lixo, energia e telefone.....	37
6 – Composição do PIB, empregos e setores de atividades econômica em Florianópolis – 2000.....	38
7 – Favelas na Grande Florianópolis – distribuição por Município.....	40
8 – Crescimento das Favelas em Florianópolis: 1987/2000.....	41
9 – Composição do déficit habitacional no Brasil.....	48
10 – Unidades produzidas por Município e faixa de renda familiar.....	50
11 – Projetos de Capacitação Profissional.....	53
12 – Quadro geral das atividades de Capacitação Profissional – 2002.....	55
13 – Projetos de Geração e Renda.....	55
14 – Empreendimentos 2002.....	56
15 – Quadro geral das Atividades Geração e Renda.....	57

## LISTA DE GRÁFICOS

1 – Crescimento do número de Favelas em Fpolis – 1987/2000.....	41
2 – Crescimento da População das áreas de Favelas em Fpolis – 1987/2000.....	42
3 – Renda familiar por faixa de sal. Mínimos.....	43
4 – Situação empregaticia dos responsáveis por famílias.....	44
5 – Procedência dos responsáveis por família.....	45
6 – Estado de conservação das Habitações.....	46
7 – Déficit habitacional da Grande Florianópolis.....	49

## SUMÁRIO

### CAPÍTULO – I

#### *1- O problema de pesquisa: Urbanização e Excludência*

1.1 – Introdução.....	05
1.2 – Especificação do Problema.....	08
1.3 – Objetivos.....	12
1.3.1 – Objetivo Geral.....	12
1.3.2 – Objetivo Específico.....	12
1.4 – Metodologia.....	12

### CAPÍTULO – II

<i>2 – Capitalismo e Exclusão.....</i>	<i>14</i>
2.1 – Expansão do Capitalismo no Brasil.....	14
2.2 – Capitalismo e Dependência.....	17
2.3 – Globalização.....	22
2.4 – População Marginal.....	24
2.5 – Participação do Governo.....	25
2.6 – Atuação Política dos Favelados.....	26
2.7 – Atividade econômica dos Favelados.....	28

### CAPÍTULO – III

<i>3 – Crescimento de Favelas.....</i>	<i>31</i>
3.1 – Alguns aspectos socio-econômicos no Brasil.....	31
3.1.1 – Crescimento de Favelas no Brasil.....	33
3.2 – Mapa da Exclusão Social em Santa Catarina.....	34
3.3 – Perfil socio-econômico de Florianópolis.....	37
3.4 – O Crescimento de Favelas em Florianópolis.....	39
3.4.1 – Perfil da população das áreas de Favelas em Florianópolis.....	42
3.4.1.1 – Renda.....	42

3.4.1.2 – Composição Familiar e Escolaridade.....43

3.4.1.3 – Situação empregatícia do responsável por família.....43

3.4.1.4 – Procedência dos responsáveis por família.....44

3.4.1.5 – Tipologia das Habitações e Estado de conservação.....45

**CAPÍTULO – IV**

**4 – Perspectivas.....46**

4.1 – Políticas de inclusão social.....46

4.2 – Déficit habitacional.....48

4.3 – Capacitação Profissional e Geração de Renda.....50

4.3.1 – Capacitação Profissional e Geração de Renda em Florianópolis.....53

4.3.1.1 – Atividades desenvolvidas em 2002.....53

4.3.1.1.1 – Projetos de Capacitação Profissional.....53

4.3.1.1.2 – Projetos de Geração de Renda.....55

**CAPÍTULO – V**

**5 – Conclusão.....58**

**6 – Bibliografia.....62**

**7 – Anexos.....65**

## CAPÍTULO - I

### 1 - O PROBLEMA DE PESQUISA: URBANIZAÇÃO E EXCLUDÊNCIA

#### 1.1 - Introdução

O processo de modernização e industrialização, no Brasil como nos demais países da América Latina, tem-se caracterizado pela formação de uma crescente população excedente, em grande parte excluída do processo de produção, que permanece marginalizadas e sem alternativas de sobrevivência nos espaços de inclusão urbana. Essa parcela da população é empurrada para os espaços econômicos e sociais marginais das cidade, denominadas Favelas.

Segundo Pearlman (1981, p. 154), essa população, “ não se encontra no campo, que os expulsa, nem na cidade, que não os acolhe...apenas está ali, ocupando um pedaço de terra que não é de ninguém”.

As Favelas no Brasil, desde o seu surgimento no final do século passado, já eram vistas com preconceito e repugnança pelas elites urbanas, que as considerava um aglomerado socialmente marginal, conhecido pela desordem; lugar e refúgio de criminosos, onde predominava a falta de higiene e de hábitos saudáveis. Na perspectiva deste tipo de ideologia a respeito das populações pobres e economicamente marginalizadas, surgem as primeiros manifestações no sentido da tentativa de conter seu crescimento ou promover a sua extinção, antes que pudessem representar um problema para a ordem social e urbana.

Mas a Favela ficou também registrada, oficialmente:

Como área de habitações irregularmente construídas, sem arruamento, sem plano urbano, sem esgoto, sem água, sem luz. Dessa precariedade urbana, resultado da pobreza de seus habitantes e do descaso do Poder Público, surgiram as imagens que fizeram da Favela o lugar da carência, da falta, do vazio a ser preenchido pelos sentimentos humanitários, do perigo a ser erradicado pelas estratégias Políticas, que fizeram do Favelado um bode expiatório dos problemas da cidade...(ZALUAR; ALVITO, 1998, p.07).

Com o Desenvolvimento do Capitalismo no Brasil, baseado na estruturação e desenvolvimento do mercado industrial interno, o problema da favelização tendeu a agravar-se, em decorrência da expulsão de parcelas crescentes da população rural, forçada a migrar para os centros urbanos sem, entretanto, encontrarem incentivos e perspectivas. Deslocam-se

para as cidades em busca de melhores oportunidades. Essas expectativas acabam não se confirmando porque, apesar da industrialização, à princípio, ter a possibilidade, teoricamente, de absorver uma parcela da população migrante, logo dará sinais de esgotamento.

No caso do processo de modernização brasileiro, a partir da Década de 60, o país passa a desenvolver um perfil crescentemente industrial e urbano. Entretanto esse processo de urbanização acelerada engendrou uma perspectiva de dificuldades econômicas crescentes, sobretudo caracterizada pela piora na concentração e distribuição de renda: a indústria não conseguia acompanhar e, menos ainda, absorver toda a população que se deslocava para as cidades. Apesar dessa deformação no processo de modernização, as migrações continuaram acelerando-se e engendrando, de forma deformada e inchada o processo de rápida urbanização; forçando uma parcela cada vez maior da população a concentrar-se em áreas denominadas Favelas, caracterizadas por viverem a margem da sociedade urbana.

Esse perfil do desenvolvimento do processo de industrialização no Brasil, evidencia, dentro de certo limites, a dificuldade do sistema Capitalista, sobretudo nos países periféricos e de passado colonial, em promover o desenvolvimento do mercado de bens e serviços, e estruturarem um setor moderno, além de não conseguir modificar e desenvolver, de forma coerente e relevante, os setores econômicos tradicionais, em particular, a agricultura. Zaluar e Alvito (1998) descrevem essa situação nos seguintes termos:

Afirmava-se a existência de uma dualidade fundamental, através da qual se costumava opor, de um lado a tecnologia rudimentar e a organização patrimonial do sistema tradicional retrogrado e pobre baseado nas relações pessoais de dominação, lealdade, e obrigações mútuas; de outro, um sistema Capitalista Industrial em expansão, progressista e rico, fundado na concepção do lucro, na racionalização do processo produtivo, na burocratização das instituições, na impessoalidade das relações interpessoais. (ZALUAR; ALVITO, 1998, p. 12)

Por ser caracterizada, de modo geral, como um problema para a Sociedade urbana, engendrado e recorrente ao próprio desenvolvimento da modernização capitalista que tem efeitos desestruturadores sobre os chamados setores tradicionais da economia, em particular, a agricultura de pequena escala e as atividades artesanais urbanas, as populações marginais, suburbanas ou favelizadas, são geralmente caracterizadas e tratadas como um problema social: seja de infra-estrutura, de habitação, de desordem e de violência. Neste contexto, as Favelas têm sido motivo para as mais variadas Políticas Públicas, que visam, acima de tudo, a manutenção e o controle da ordem vigente. Apesar disto, a Favela faz parte do Cenário



Urbano Brasileiro, e está neste inserido de uma forma negativa, contraditória: sendo vítima e servindo de justificativa para as mais variadas intervenções, seja através de tentativas de removê-las para lugares mais afastados, objetivando a apropriação de lotes urbanos para especulação imobiliária, ou através de serviços assistenciais, baseados na formação de uma série de instituições, possibilitando a captação de recursos financeiros, sem no entanto, haver a articulação necessária entre as Políticas capazes de integrar esta parcela da população, que permanece marginalizada.

Zaluar e Alvito (1998), descrevem esta situação:

Assim, a despeito de diferentes roupagens, sempre de acordo com contexto histórico específico, o Favelado foi um fantasma, um outro construído de acordo com o tipo de identidade de cidadão urbano que estava sendo elaborada, presidida pelo higienismo, pelo desenvolvimentismo ou, mais recentemente, pelas relações auto-reguláveis do mercado e pela Globalização. (ZALUAR; ALVITO, 1998, p.15)

Pode-se observar, normalmente, no decorrer de todos os estágios de desenvolvimento e expansão da produção capitalista sobre suas fronteiras econômicas, a existência de setores da população, que sofrem o processo de excludência social e econômica. Entretanto, foi com a radicalização desse processo de expansão e desenvolvimento em sua feição neoliberal, caracterizado pelo processo de globalização financeira dos mercados e da economia em escala mundial, com as suas exigência e especificidade de rearticulação e abertura dos mercados ao nível mundial, que o processo de excludência começa a assumir características e implicações econômicas e sociais alarmantes, mundializando não apenas o processo de acumulação de capital, mas da própria excludência que o acompanha. Neste contexto da globalização neoliberal, chama a atenção o desenvolvimento dos níveis de excludência social e, principalmente, dos níveis de violência, que ganham amplitude global, portanto, de certa forma, de difícil enfrentamento no âmbito de medidas econômicas e outras específicas ao nível interno das sociedades. Por tudo isso a problemática da marginalidade, da favelização, da excludência, não pode ser tratada como um fenômeno a parte, isolado do processo de globalização da economia e suas implicações para os diversos países.

É preciso analisar a Favela sem o preconceito habitual de marginalidade a que está submetida. Muitas vezes nos é passada uma crença de que são os Favelados os maiores responsáveis pela sua exclusão no processo de Desenvolvimento. Nesta perspectiva, geralmente, as populações faveladas e marginais são apresentadas como sujeitos que apenas usufruem, se é que usufruem, dos serviços e infra-estruturas que lhes são “oferecidos”, sem

contribuírem efetivamente para a construção de uma vida social e econômica mais avançada. São assim transpostos para uma situação em que são definidos como um problema social - a ser eliminado. São excluídos dos benefícios da acumulação da riqueza de um país, e muitas vezes considerados inaptos para exercer qualquer função no setor produtivo, ficando com os piores postos de trabalho, com baixa remuneração, sem estabilidade e sem segurança.

De acordo com Pearlman(1981):

Eu sustento que os moradores da Favela não são econômica nem politicamente marginais, mas são explorados e reprimidos, que não são social e culturalmente marginais, mas estigmatizados e excluídos de um sistema social fechado...Não são passivamente marginais em termos das suas próprias atitudes e comportamento, ao contrário, estão ativamente marginalizados pelo sistema e pela política oficial. (Pearlman, 1981, p.240)

Até o momento as Políticas Públicas são adotadas de forma fragmentada, sem atingir o problema na sua origem, contribuindo, portanto, para escamoteá-lo. As Favelas exigem Políticas integradas que possam enfrentar não apenas o problema de habitações precárias, da falta de infra-estrutura e de serviços, mas uma política capaz de superar as causas da pobreza e da miséria dessa parcela da população.

Fica evidente, a necessidade de um conjunto de ações interligadas, articuladas e integradas que associe políticas habitacionais acessíveis a população de baixa renda, com infra-estrutura adequada através de um planejamento justo e igualitário, que não fique somente no caráter assistencial, mas possa fazer com que essas pessoas participem de um mercado de trabalho, em igualdade de condições, mostrando a importância de políticas que englobe a Capacitação Profissional e a Geração de renda.

## **1.2- Especificação do Problema de Pesquisa**

O Brasil vem apresentando, desde as primeiras décadas do século passado, um dos mais elevados índices de crescimento urbano da América Latina, provocado, por um lado, por medidas políticas e econômicas voltadas para a estruturação e ampliação de um mercado de trabalho urbano importante e, por outro lado, pela adoção de medidas que visavam dinamizar um setor moderno e industrial, capaz de promover as bases para a transição de um modelo de desenvolvimento suportado pelo setor primário-exportador, para uma economia moderna, suportada no desenvolvimento urbano-industrial, inicialmente tendo por pedra

angular uma política deliberada de substituição de importações. Estas políticas de desenvolvimento, que visavam a implantação de um novo modelo de desenvolvimento baseado na rápida expansão da industrialização, começaram a ser implementadas a partir da década de 30, sendo intensificada no pós-II Guerra, principalmente após as décadas de 50 e 60. As consequências dessas iniciativas foram diversas, destacando-se, em especial, entre os seus diversos efeitos sócio-econômicos, a atração de um crescente contingente de migrantes rurais. Este processo de êxodo rural, produto, por um lado, da valorização de áreas rurais, em particular as incorporadas aos circuitos econômicos sobretudo em função da ampliação das redes de transporte rodoviário e, por outro, de um processo de grilagem especializada (JONES, 1997), provocou uma aceleração do processo de expulsão ilegal e ilegítima de grandes contingentes de posseiros de suas pequenas explorações rurais. Este fenômeno foi particularmente acentuado no período do Regime Militar. O volume crescente de população expulsa dos campos pelo processo de grilagem especializada (muito mais do que pela chamada "modernização dolorosa" (SILVA, 1993) não encontrava perspectivas de sobrevivência nem no campo e, menos ainda nas cidades, passando com isso a integrar um grande contingente de população supérflua e excluída, vivendo em áreas periféricas, quer fossem aos latifúndios, no campo, ou em favelas e morros, nos centros urbanos.

Apesar dessas especificidades negativas, esse modelo de desenvolvimento engendrou, por um lado, a formação de um crescente contingente de mão-de-obra barata para as indústrias na cidade; por outro, um contingente que não encontra perspectiva de emprego nas indústrias que não acompanha, em ritmo, a crescente demanda por emprego. É neste contexto, que a indústria, não conseguindo, por diversas razões, técnicas e econômicas, absorver essa força de trabalho que excede em número e não atende, em qualidade as exigências da especialização do trabalho, contribui para ampliar e aprofundar as condições de exclusão social e econômica. Sem trabalho e sem renda, essa parcela da população migrante e desqualificada para as exigências do trabalho especializado passa, forçosamente a viver tanto à margem da econômica, como à margem do espaço social urbano, formando as comunidades de pobres, geralmente residentes em áreas de risco, em particular, morros e favelas.

Florianópolis, apesar de não apresentar as características particulares que marcaram o processo de urbanização acelerada que caracterizou o Brasil - casos típicos, como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador e Belo Horizonte - também vem apresentando, sobretudo a

partir das últimas décadas do século passado, um crescimento urbano desordenado que necessita estudos específicos. Não se trata, como se sabe, de uma cidade-polo industrial; apesar disso vem apresentando um processo de rápida urbanização. Neste sentido, Florianópolis apresenta características particulares com relação a ocupação do seu espaço, agudizado pela atração de migrantes rurais e de outras localidades, tanto do interior de Santa Catarina, como de outros Estados e até países do Cone Sul Latino-americano. Os nativos, forçados e iludidos pela "valorização" imobiliária, vendem suas pequenas posse, especialmente em áreas de praias e de potencial turístico e imobiliário, deslocando-se para áreas periféricas e menos valorizadas, alimentando o processo de especulação imobiliária.

Esse fenômeno ocorre, principalmente, nas praias da ilha, dando origem a uma expansão urbana não só do centro da cidade, mas também espalhando-se aos bairros e cidades próximas, provocando o crescimento de áreas de Favelas e de sua população. O problema agrava-se em sua configuração concreta, quando a ocupação ocorre de maneira desordenada, formando um número crescente de Favelas, que abriga parcela da população que não encontra condições de se inserir nas relações sociais formais do processo de urbanização normal. O processo de crescimento de Favelas ocorre como decorrência das relações de excludência, produto do desenvolvimento desigual e combinado, que acompanha o processo de expansão da economia de tipo capitalista. As Favelas portanto, correspondem ao espaço econômico e social das parcelas dos excluídos, que passam a viver à margem da sociedade urbana, em condições de extrema pobreza, desemprego, miséria e violência.

O crescimento urbano de Florianópolis, decorre, além dos fatores acima genericamente indicados, do êxodo rural causado pela adoção de políticas de desenvolvimento agrícola e rural equivocadas e fundadas em métodos agrícolas inadequados. Trata-se do processo que Silva(1993) denominou de "modernização conservadora".

As Favelas são consideradas cidades informais, onde não há infra-estrutura adequada capaz de garantir mínimas condições de sobrevivência. Apresentam, geralmente, como principais carências, a falta de infra-estrutura urbana e social, como saneamento, habitações precárias, saúde, educação, lazer, subemprego, vivendo com renda média de um a dois salários mínimos. As famílias que residem nestas áreas, por falta de alternativas, encontram-se totalmente desamparadas, convivendo com o crime organizado, em especial a prostituição e o tráfico de drogas; estando permanentemente em situação de risco, expostas a assaltos, ao alcoolismo, à violência, inclusive policial. Nestas circunstâncias, o Crime Organizado acaba

encontrando ambiente propício para se instalar, ocupando o espaço deixado pelo Poder Público. Essa é uma dialética perversa que está na origem e agrava os diversos conflitos sociais neste espaço de vida periférica.

O crescimento desordenado das cidades exige, portanto, que sejam pensadas políticas e estratégias que levem em conta os diferentes tipos de organizações urbanas, buscando Políticas Públicas eficientes capazes de suprir as necessidades, promovendo o desenvolvimento econômico com qualidade de vida e justiça social; e a reintegração das Favelas ao cenário econômico da cidade e da cidadania.

Um problema crucial neste contexto, é que a maioria das Políticas públicas é feita de forma fragmentada, não conseguindo atingir o problema na sua origem, mas apenas de forma marginal. As perspectivas de melhorias com relação ao desenvolvimento sócio-econômico de regiões de Favelas de Florianópolis, deve ser buscada através do conhecimento das carências e diferenças de cada comunidade, com uma solução coletiva, onde os moradores possam ser ouvidos e também participem. Para alcançar os objetivos é necessário a adoção de políticas integradas onde possam atingir as dimensões social e econômica; através de políticas públicas de qualificação profissional e geração de renda, dando condições definitivas à população de inserir-se na sociedade. Importante, também, é buscar a articulação entre os Municípios, Estado e Governo Federal.

Verifica-se que nas Favelas já existem uma série de pequenos negócios como comércio e serviços (locadoras, marcenaria, lojas), que podem receber incentivos fiscais e investimentos, provocando um efeito de geração de renda mais rápido, com maior absorção de Força de Trabalho da comunidade.

Esta pesquisa busca levantar e discutir, exploratoriamente, a necessidade de um planejamento, que possa conter ou amenizar o crescimento urbano desordenado, como recurso ao combate à formação de áreas de extrema pobreza e sem as mínimas condições de sobrevivência, como as áreas de favelas. Para isso é necessário a articulação entre as diversas Políticas Públicas e segmentos sociais, para que se busque uma solução definitiva e, coletivamente capaz de integrar esta parcela da população à sociedade, promovendo o desenvolvimento social e econômico da Cidade de Florianópolis como um todo.

### **1.3- Objetivos:**

#### **1.3.1- Objetivos Geral:**

Analisar e discutir, exploratoriamente, a origem e o crescimento das Favelas em Florianópolis em relação as áreas e a parcela da população ali localizadas, buscando evidenciar a necessidade de um planejamento urbano, econômico e social, que propicie condições dignas de sobrevivência, não só através de obras de caráter social, mas principalmente de qualificação profissional e geração de renda que possa fazer essa parcela da população inserir-se no mercado de trabalho e na sociedade, promovendo a integração econômica na cidade.

#### **1.3.2- Objetivos Específicos:**

a) Discutir e analisar a relação do Capitalismo, seus estágios, com as causas que levam parte da população a exclusão social, passando a concentrar-se em áreas das periferias das grandes cidades, onde predominam o desemprego e a pobreza, formando cidades informais, que são as áreas de Favelas.

b) Analisar as principais carências existentes nas áreas de Favelas e o crescimento destas áreas em Florianópolis

c) Verificar as perspectivas da implantação de Políticas Públicas integradas com os demais setores, dando ênfase a Política de Capacitação Profissional e Geração de Renda adotadas pela Prefeitura Municipal de Florianópolis.

### **1.4. Metodologia:**

A metodologia adotada neste estudo baseou-se, num primeiro momento, na realização de uma revisão de literatura a respeito do fenômeno, feita através de levantamentos bibliográficos, leitura e fichamento de livros e periódicos que pudessem reunir os principais dados para a pesquisa.

Esse primeiro estágio da investigação foi complementado com o levantamento e análise de dados. As fontes destes levantamento constaram, basicamente de sites, principalmente de órgãos públicos como o da Prefeitura Municipal de Florianópolis e outros,

que pudessem nos fornecer dados oficiais e mais atualizados sobre as comunidades localizadas em favelas, seu crescimento e a dificuldade da obtenção de trabalho.

Além desses procedimentos básicos de levantamento de dados, foi de extrema importância para a parte do trabalho sobre Capacitação Profissional e Geração de Renda, o relatório obtido com a Secretaria da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, onde constam dados oficiais sobre esta política de integração da população carente de Florianópolis.

## CAPÍTULO II

### 2 – CAPITALISMO E EXCLUSÃO

#### 2.1 – Expansão do Capitalismo no Brasil

Para compreendermos o Capitalismo Brasileiro e suas conseqüências é necessário analisarmos como este processo aconteceu historicamente, acompanhando sua evolução e seus estágios sem deixar de colocá-lo num contexto de desenvolvimento Capitalista mundial ao qual o Brasil esta inserido.

De acordo com Mattos(1986), “a favela não é um núcleo a parte, que possa ser entendida independentemente do conjunto econômico-social maior que a produz e reproduz”. No Brasil as origens das Favelas podem ser localizadas nos finais do Século XIX; desde então já são vistas como lugar de pobres e falta de higiene, sem no entanto provocar reações maiores por parte da Classe Dominante.

A partir de 1929, com a Crise Econômica Mundial e a queda do preço do café, principal produto Brasileiro na época, a economia passará por um processo de transformação, transitando de um modelo de desenvolvimento primordialmente primário-exportadora para uma economia Industrial, no âmbito do qual a indústria e cidade aparece como motor deste novo modelo, concentrando a estrutura necessária para sua propagação. Ou seja, é a cidade que situará e assegurará as condições materiais necessária à implementação e estruturação do novo sistema de produção, baseado na Industria, provendo as bases materiais e humanas para a sua expansão, através da facilidade de circulação de mercadorias, consumo, propriedade fundiárias estratégicas, etc., propiciando a rápida acumulação de Capital. A década de 30, é marcada por esse processo de transformação da Economia Brasileira, dando origem aos primeiros movimentos de migrantes rurais para a cidade a procura de trabalho. Como observa Lefebvre (1969), a

urbanização (no sentido amplo do termo), com pouca industrialização... Este é o caso das Cidades da América do Sul e da África, cidades cercadas por uma vizinhança de Favelas. Nessas regiões e países, as antigas estruturas agrárias se dissolvem, camponeses sem posses ou arruinados afluem para as cidades a fim de nelas encontrar trabalho e subsistência. Ora esses camponeses vêm de exploração destinados a desaparecer pelo jogo dos preços mundiais, o qual depende estreitamente dos países e dos pólos de crescimento Industrial. (LEFEBVRE, 1969 p. 10 apud SOUZA, 1997, p.38)



Após a Segunda Guerra Mundial, o processo de urbanização ocorrerá de forma acelerada devido a políticas desenvolvimentistas, baseadas no crescimento industrial, onde o Estado aparece como figura principal, que além de entrar com grande parte dos investimentos: atuava no controle do mercado, protegendo a nascente Indústria Brasileira. Durante as décadas de 50 e 60, o Brasil apresentou um crescimento industrial notável, passando a década e 70 a ser conhecida pelo chamado milagre Econômico. No entanto, este crescimento provocou um aumento da desigualdade e concentração de renda. A Indústria, que a princípio absorvia boa parte da população migrante, começa a perder esse dinamismo inicial, agravado pelo fato desta população não estar preparada para exercer boa parte das atividades especializadas da indústria. Disto, entre outros fatores, deriva-se o aumento de uma população excedente, marginal ao processo de produção, excluída que, sem emprego nem renda, passa a concentrar-se em aglomerados urbanos marginais nas grandes cidades, em particular, na periferia dos polos industriais nascentes, fenômeno que vem-se agravando ao longo dos anos até finais do século passado. Este será um dos grandes problemas a desafiar a capacidade de planejamento dos dirigentes e economistas do século XXI. Como observa Singer(1982),

em última análise, a cidade Capitalista não tem lugar para os pobres. A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano. Mas o funcionamento normal da Economia Capitalista não assegura um mínimo de renda para todos. Antes pelo contrário, este funcionamento tende a manter uma parte da Força de Trabalho em reserva, o que significa que uma parte correspondente da população não tem meios para pagar pelo Direito de ocupar um pedaço do solo urbano. Esta parte da população acaba morando em lugares em que por alguma razão, os direitos da propriedade privada não vigoram: áreas de propriedade pública, terrenos em inventário, glebas mantidas vazias com fins especulativos, etc., formando as famosas invasões, favelas, mocambos, etc.. Quando os direitos da propriedade privada se fazem valer de novo os moradores das áreas em questão são despejados, dramatizando a contradição entre marginalidade econômica e a organização Capitalista do uso do solo. (SINGER, 1982, p.33 apud SOUZA, 1997, p. 35)

**Tabela -1**

**Distribuição da População Brasileira de 1950-90**

ANO	POPULACAO RURAL	POPULACAO URBANA
1950	63,84%	36,16%
1980	32,43%	67,57%
1990	25,00%	75,00%

FONTE: A questão urbana, (CAPROM, 1991, p.8 apud LUZ, 1992, p.23)

Com o país já predominantemente urbano, como se pode observar pelos dados da Tabela - 1, a década de 1980 é caracterizada pelo agravamento do processo de estagnação na economia, provocado, segundo alguns analistas, (BELUZZO; COUTINHO, 1998) entre outros fatores, pelo choque do petróleo, pelo endividamento externo e pelas elevadas taxas de juros internacionais, levando à uma grave retração da atividade e do crescimento econômico, agravados pelas altas taxas de inflação.

Estes fatores, além de provocarem a queda de geração de novos empregos, eliminaram muitos postos de trabalho, obrigando parcela da população a procurar alternativas no setor informal da economia, onde prevalece os baixos salários e a insegurança, aprofundando ainda mais as desigualdades sociais. O resultado deste processo foi uma população a margem do sistema, sem conseguir as mínimas condições de sobrevivência, concentrando-se em áreas de Favelas.

De acordo com Corrêa(1993):

É na produção da Favela, em terrenos públicos ou privados, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes. A produção deste espaço é antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência as adversidades impostas aos grupos sociais recém expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade". (CORRÊA, 1993), p..30)

Na década de 1980 fica evidente a Crise do Modelo de Desenvolvimento baseado na substituição de importação, como base para um rápido processo de industrialização, a que esteve relacionada a economia Brasileira. Na década de 1990, começa a instalar-se uma nova ideologia, que dará oportunidade à tentativa de implementação de um novo modelo de desenvolvimento, que o Brasil passa a adotar, acompanhando o contexto mundial, onde prevalecia a adoção de Políticas neo-liberais. Tratam-se de políticas econômicas que visavam, antes de mais nada, a abertura do mercado, a desregulamentação da economia, a privatização de empresas estatais e busca da estabilidade monetária, fiscal e nas contas externa, medidas tidas como condição prévia para a integração do país às oportunidades oferecidas pela ampliação do mercado mundial. Tratavam-se de medidas de política econômica, sobretudo de fundamento neoliberal e monetarista que, em última análise, contribuíram para aumentar as vulnerabilidades externas da economia nacional, por um lado, embora tivessem efeitos dinamizadores sobre o processo de acumulação de capital, sobretudo nos setores articulados

e dependentes dos mercado exterior. A síntese desse modo pode ser localizada no chamado "receituário econômico" do Fundo Monetário Internacional - FMI.

Por outro lado, esse modelo, por estar centrado na abertura do mercado para as economias internacionais, forçava as empresas nacionais a modernizar-se rapidamente, para não sucumbir a concorrência Internacional. Este "novo" viés a comandar o processo de modernização induz a implantação de novas tecnologias e novas formas de produção, com a terceirização de diversos setores, fazendo com que o emprego industrial caísse, sem no entanto, apresentar alternativas para parcela de desempregados que não conseguem recolocar-se no mercado, devido a extinção de diversos postos de trabalho. Aliado a política de privatização das empresas estatais, impostas pelos ideais neo-liberais, acabam ampliando o quadro de desemprego no Brasil.

A história da expansão do capitalismo evidencia as suas contradições, impondo sua maneira implacável de acumulação de Capital para um grupo dominante, agravando os problemas sociais em toda a parte do mundo, sejam em países ricos ou pobres, criando um enorme número de pessoas desempregadas ou em subempregos; sem lhes dar a oportunidade de participar de maneira efetiva na sociedade. Essas parcelas da população ficam à margem dos possíveis "benefícios" que, supostamente o processo de desenvolvimento passa vir a representar: sejam em consumo, conforto ou, até mesmo, no atendimento das necessidades básicas que qualquer ser humano precisa para poder sobreviver com dignidade. Como afirmara Marx (1988 ),

(...) Acumulação de riqueza num pólo é ao mesmo tempo, acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravatura, ignorância brutalização e degradação moral no polo oposto, constituída pela classe cujo produto vira capital. (MARX, 1988, p.748-749, apud SOUZA, 1997, p.93)

## **2.2. Capitalismo e Dependência**

Pode-se observar que nenhum dos países em desenvolvimento, que adotaram o modelo de desenvolvimento industrial dependente, conseguiu obter o incremento necessário dos postos de trabalho, infra-estrutura, moradia e serviços, capaz de absorver o rápido crescimento das cidades, sem tornar supérflua uma parcela crescentemente importante da população, que sem alternativas passam a viver em Favelas.

O crescimento urbano ocorre de forma mais rápida do que o processo de industrialização, agravado pela modernização da produção com a introdução de novas tecnologia e máquinas, passando a executar tarefas que antes necessitavam de maior força de trabalho.

De acordo com Marx(1985),

Essa mudança na composição técnica do capital, o aumento da massa dos meios de produção, comparada com a massa de força de trabalho que os vivifica, reflete-se na composição do capital, com o aumento da parte constante às custas da parte variável.(...) Esta lei do aumento crescente do capital constante em relação ao variável se confirma a cada passo, conforme já vimos, pela análise comparativa dos preços das mercadorias, não importando que se tomem diferentes épocas econômicas de um país ou diferentes nações na mesma época. (MARX, 1985, P.724)

Dessa forma, o sistema capitalista induz uma parcela da população a ir para as cidades, utilizando-as para a acumulação de capital e logo as substitui por máquinas que podem aumentar a produtividade e diminuir custos, mantendo um contingente de mão-de-obra barata disponível, servindo ao sistema pelo fato de causar pressão sobre os salários dos que conseguem emprego.

Marx (1985), afirmava que,

A condenação de uma parte da classe trabalhadora a ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo da outra parte, torna-se fonte de enriquecimento individual dos capitalistas e acelera ao mesmo tempo a produção do exército industrial de reserva numa escala correspondente ao progresso da acumulação social.(...) Em seu conjunto, os movimentos gerais dos salários se regulam exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva, correspondentes às mudanças periódicas do ciclo industrial. Não são portanto, determinadas pelas variações numérica absoluta da população trabalhadora, mas, pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército da ativa e exército da reserva, pelo acréscimo e decréscimo da magnitude relativa da superpopulação, pela extensão em que ora é absorvida, ora é liberada.(MARX, 1985, p.738-739)

De acordo com Arrigui,(1997):

...A burguesia “é incapaz de exercer seu domínio por que não tem competência para assegurar a existência do seu escravo em sua escravidão, por que não consegue impedi-lo de cair num estado tal em que deve nutri-lo em lugar de ser nutrido por ele. (Marx e Engels, Manifesto Comunista).(…) O desenvolvimento da indústria moderna, portanto, abala a própria base sobre a qual a burguesia assenta sua produção e apropriação.(ARRIGUI, 1997, p. 295)

Arrigui(1997), ainda defende que é justamente nesse processo contraditório que o sistema criaria condições para o seu próprio colapso,

O primeiro cenário é de desamparo do proletariado. A concorrência impede o proletariado de compartilhar os benefícios do progresso industrial e leva-o a um estado tal de pobreza que o torna um peso morto para a sociedade, ao invés de força produtiva. O segundo cenário, ao contrário, é de poder proletariado. O avanço da indústria substitui a concorrência pela associação entre os proletários de modo a minar a capacidade da burguesia de apropriar-se dos benefícios do progresso industrial. (ARRIGUI, 1997, p. 296)

Os problemas urbanos, sejam eles de migração, crescimento acelerado, de introdução de novas tecnologias ou da própria incapacidade da burguesia de exercer seu domínio, exigem que sejam pensadas políticas públicas eficientes, integradas, e articuladas coletivamente, onde os indivíduos possam opinar e direcionar para uma mudança capaz de inserir a população excluída, com condições dignas de sobrevivência, enquanto isto não acontece o que se vê é o imprevisto, refletidos nas Favelas.

As cidades, têm demonstrado que suas experiências têm pouco efeito sobre o modernismo. Ao contrário, a urbanização estimula o subdesenvolvimento, com pouca participação política dos indivíduos: os pobres tornando-se parte inevitável da vida urbana, mostrando ainda o aumento da dependência externa. Nesse contexto, muito mais do que o problema de moradia, favelas mostram as implicações e recorrência para a vida urbana, de uma forma de sociedade, que se estruturou e cresceu desordenadamente como fenômeno engendrado de forma derivada do tipo de processo de industrialização e crescimento econômico adotados, historicamente, nos países de passado colonial. Apresentando como características a exclusão de parcela da população das relações capitalistas de produção.

Este problema torna-se mais evidente quando a análise leva em consideração o fato de que, historicamente, o desenvolvimento da América Latina esteve vinculado ao processo mais amplo da expansão e do desenvolvimento do capitalismo em escala mundial.

Enquanto nos países desenvolvidos a Revolução industrial ocorreu em conjunto com a "transição original" (ROXBOROUGH, 1979) para as novas organizações capitalistas de mercado, nos países em desenvolvimento a expansão industrial ocorreu num contexto de mercado já dominado. As estruturas sociais internas dos países subdesenvolvidos também podem ser consideradas como uma estrutura vinculada ao domínio externo, onde o primeiro estágio dessa dominação é caracterizado pelos vínculos coloniais com as metrópoles européias. O processo moderno de expansão do sistema capitalista é portanto, a garantia de hegemonia Americana sobre os demais países, e a proteção contra qualquer outra ordem.

De acordo com Bettelheim (1976), os países industrializados tinham como diferenças em relação aos países dependentes as seguintes características:

Esses países hoje industrializados não eram países economicamente dependentes. A estrutura da sua produção não comportava quaisquer dos setores hipertrofiados estreitamente vinculados a alguns mercados estrangeiros e fortemente penetrados de capitais igualmente estrangeiros. Essas economias não se desenvolveram ou se estagnaram conforme a evolução do mercado mundial de tal ou qual matéria-prima ou produto bruto agrícola. Elas não suportaram a carga de pesadas obrigações exteriores (juros, dividendos, royalties pagos a capitalistas estrangeiros), a sua indústria nascente não teve de enfrentar a concorrência de indústrias poderosas já estabelecidas e dominado as suas próprias riquezas naturais. Essas economias não dependiam para a sua reprodução ampliada de importações de equipamentos vindos do exterior. Se eram pouco industrializadas, nem por isso essas economias eram deformadas e desequilibradas, mas, ao contrário, integradas e autocentradas. (BETTELHEIM, 1976, p. 33)

Assim, os países da América Latina são caracterizados, historicamente, como países dependentes, onde o sistema produtivo não se expande através da eliminação dos setores ultrapassados, mas pela transferência de excedentes gerados nestes setores para os setores considerados modernos. A dependência segundo Pearlman (1981), possui também outras implicações,

A noção de dependência não implica tão somente a situação de domínio econômico de um país sobre outro. Ainda que este fator seja crucial, a dependência implica um sistema completo de relações sociais, políticas e econômicas, que interligam grupos de pessoas, ou melhor, classes sociais inteiras, entre países como dentro deles. A dependência significa que as alternativas de desenvolvimento que se abrem para a nação dependente “são definidas e limitadas por sua integração e as funções que desempenha no mercado mundial”. (Pearlman, 1981 p.297)

De acordo com Pearlman (1981), podem ser identificados três estágios de desenvolvimento, que possibilitaram a dominação e a dependência nos países da América Latina.

A primeira foi o domínio colonial, caracterizado pela administração direta da extração intensiva de recursos, e soberania política do poder colonial, cuja expansão tinha seu ponto chave na posse territorial. O segundo foi o domínio comercial, manifestado principalmente através dos termos de troca, a compra de matérias-primas por preços inferiores ao seu valor e a abertura de novos mercados para os produtos manufaturados vendidos por preços superiores ao seu valor. O terceiro foi e é a dominação imperialista ou financeira industrial, marcada pelo investimento especulativo e pela criação de indústrias nos países dependentes que tendem a controlar o movimento da substituição de importação de acordo com uma estratégia que beneficia diretamente corporações multinacionais no mercado mundial inteiro. (PEARLMAN, 1981, p. 297)

Essas formas de dominação são denominadas ou caracterizadas como acumulação primitiva, capitalismo competitivo e como capitalismo imperialista monopolista.

A situação da América Latina passa a ser caracterizada pela internacionalização do processo de produção, distribuição dos produtos e pela circulação do capital, que ao impor novas formas de produção dominantes, expulsa parcela da população da força de trabalho dos setores considerados ultrapassados, sem contudo poder absorvê-las.

Os países em desenvolvimento passam por um processo de desenvolvimento dependente, baseado e subordinado à mundialização do capital, que influencia fortemente o rumo e os ritmos de desenvolvimento da sua economia, na forma de um fenômeno dependente dos movimentos do capital especulativo, onde a dominação contínua a ser exercida pelas nações pólos do capitalismo mundial, em particular sob a hegemonia dos Estados Unidos.

Um dos ativos financeiros mais representativos no mercado mundial, são os títulos da dívida pública dos Estados, onde o volume negociado das transações supera quase todos os outros segmentos no mercado financeiro. Essa valorização especulativa do capital financeiro torna mais evidente as contradições inerentes ao sistema, que já não precisa mais utilizar uma quantidade de força de trabalho que se encontra excluída.

Segundo Chesnais(1996),

o modo de produção dominante mostra a luz do dia, sua incapacidade de gerir a existência do trabalho assalariado como forma predominante de inserção social e de acesso à renda. Depois de Ter destruído o campesinato e boa parte dos artesãos urbanos, desertificado regiões inteiras, apelado para o exército industrial de reserva dos trabalhadores imigrantes criando concentrações urbanas desumana e inadministráveis, ele condena milhões de assalariados e jovens ao desemprego estrutural, isto é, à marginalização passando facilmente à decadência social. (CHESNAIS, 1996, p. 300-301)

De acordo com o Aued(2001), o que marca a sociedade atual não é a mundialização ou a globalização da economia , mas a impossibilidade dos seres humanos em produzir sua existência como salário ou lucro; ou seja, há um contingente de pessoas que não conseguem mais ser assalariadas e nem capitalistas. Defende, ainda, que a fonte da vida é a constituição do trabalho social como fundamento da existência humana, onde a cidade aparece como representante da vida social.

Parece-me que as pessoas estão descobrindo que a produção da vida de cada um não pode ser mais um ato individual ou da família ou da comunidade ou da igreja ou do estado, mas, sim, produto da sociedade em ação solidária. (AUED, 2001, p. 37)

## 2.3 – Globalização

A Globalização da economia é caracterizada pela expansão do mercado mundial, onde as barreiras de entradas nos diversos países caem, possibilitando não só a circulação de mercadorias, mas também o deslocamento do Capital Industrial e, sobretudo do capital financeiro, através, respectivamente, das empresas Multinacionais do deslocamento de recursos financeiros, em um sistema mundial. Recursos, que se deslocam através das redes de conexão mundial a partir das Bolsas. Além de não manter vínculos com a atividade produtiva, pode ora estar num determinado país, ora em outro, podendo afetar mais facilmente, mas não somente estes, os países dependentes de recursos externos.

Segundo Mollo(2003), a globalização pode ser caracterizada pelos seguintes fatores:

1. Deslocamento espacial das diferentes etapas do processo produtivo, de forma a integrar vantagens nacionais diferentes;
2. Desenvolvimento tecnológico acentuado, nas áreas de telemática e informática, usando-o de forma a possibilitar o deslocamento espacial das fases de produção e reduzindo tempo e espaço no processo de comercialização;
3. Simplificação do trabalho, para permitir o deslocamento espacial da mão de obra;
4. Igualdade de padrões de consumo, para permitir aumento de escala;
5. Mobilidade externa de capitais, buscando rentabilidade máximas e a curto prazo;
6. Difusão (embora desigual) dos preços e padrões de gestão e produção, mantendo as diferenças de condições produtivas que são aproveitadas no deslocamento da produção.

E irá apresentar como as principais consequências:

- a- A intensificação dos processos de concentração, polarização e marginalização, que ampliam o caráter excludente do Capitalismo;
- b- O aumento da volatilidade dos capitais, da instabilidade financeira e do caráter fictício do capital, que colocam em risco o próprio andamento das economias a médio e longo prazos.



Fica evidente que, se por um lado, a Globalização traz a introdução de novas tecnologias, por outro, tende a agravar as desigualdades sociais. Sobretudo, na medida que cada vez se produz mais com menos mão-de-obra, extinguindo-se diversos postos de trabalho, passando a excluir parcela da população não somente da obtenção de trabalho, mas também a exclusão total do sistema formal da sociedade urbana.

Como observa Montenegro(1995),

no final do século XIX havia problemas sociais derivados da existência de uma massa de pessoas pobres, que estavam disponíveis como mão de obra. No final deste século, em contrapartida, criou-se uma massa de população em todo mundo que não serve nem para ser explorada. Há uma prática geral de Exclusão". (Montenegro, 1995, p.3)

A cidade, que sempre foi vista como sinônimo de modernização e de crescimento econômico de muitos países, passam a sofrer um verdadeiro processo de inchaço urbano aglomerando uma parcela significativa da população de excluídos, vivendo em condições e extrema pobreza e miséria, concentradas nas periferias urbanas das grandes metrópoles. E também nas cidades médias.

**TABELA – 2**  
**Classe de tamanho da População das áreas urbanas, números de áreas urbanas, população urbana residente e taxa percentual/população urbana – Brasil – 1970/2000**

	1970			1991			2000		
Classe de Áreas (1000 hab)	No. De Áreas Urbanas	Popula-ção (1000 Hab)	% de Área Urbana	No. De Áreas Urbanas	Popula-ção (1000 Hab)	% de Área Urbana	No. De Áreas Urbanas	Popula-ção (1000 Hab)	% de Área Urbana
Menos de 20	3.574	13.849	26,17	3.736	21.471	19,30	4.074	18.493	13,40
20 - 100	226	9.062	17,12	598	25.164	22,60	1.262	36.031	26,12
100 - 500	40	6.697	11,77	133	27.114	24,4	194	37.573	27,23
500 - 2.000	8	8.363	15,81	20	18.262	16,50	26	23.454	17,00
Maior que 2.000	2	14.935	28,23	4	18.980	17,10	5	22.403	16,23
TOTAL/ BRASIL	3.850	52.906	100%	4.491	110.991	100%	5.561	137.954	100%

FONTE: IBGE, CENSOS DEMOGRÁFICOS:1970,1991,2000 (CARVALHO- 2003, p.06)

Pelos dados da Tabela. 2, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pode-se verificar o crescimento urbano Brasileiro, percebendo-se um aumento das cidades médias, sendo que em 1970, o Brasil possuía apenas duas metrópoles, com população acima de 2 milhões de habitantes, passando para 5 metrópoles, no ano 2000, enquanto que as cidades médias, no mesmo período, passaram de 40 para 194, com 27,23% da população. Esse crescimento das cidades médias é explicado por se tratarem de centros intermediários pertencentes às Regiões Metropolitanas.

Dessa forma, verifica-se que a Globalização, ou seja, esta nova forma de acumulação Capitalista, produz uma estrutura urbana que aumenta a diferença entre ricos e pobres, sendo que os pobres encontram-se em situação de total desamparo, não só econômica, mas de Exclusão Social: Exclusão Social, entendida como um processo que impossibilita parte da população de partilhar dos bens e recursos oferecidos pela sociedade, considerando-se não apenas a carência de bens e serviços essenciais para a satisfação das necessidades básicas, como também a falta de acesso à segurança, justiça, cidadania e representação Política. (Mapa da Exclusão Social, Nahas, 2003)

## **2.4 – População Marginal**

Há uma preocupação em saber qual a função da parcela da população marginal: se faz parte de uma força de reserva industrial ou se apenas forma uma população excedente, excluída, desnecessária ao processo de acumulação industrial de capital. Não há consenso entre os diversos estudiosos a este respeito. Como se sabe essa é uma das formulações fundamentais do Capítulo XXIII de O Capital (MARX, 1985), ao tratar da Lei geral da Acumulação capitalista. Contudo observa-se que, em cada estágio de desenvolvimento capitalista, essas formas de excludência e exploração da força de trabalho, exerce sua contribuição no processo de acumulação de capital.

Pearlman (1981), cita as seguintes funções:

1. para alguns representa um excesso, que nunca é empregada pelo setor industrial;
2. tem a função de manter os salários baixos no setor dominante;
3. são os últimos a conseguir emprego em períodos de expansão e os primeiros a serem despedidos em períodos de recessão;

4. reduzem direta ou indiretamente os custos de reprodução de todos os setores econômicos ao exercerem um trabalho barato;
5. aceitam baixos salários com longas horas de trabalho;
6. na medida em que adquirem bens e serviços que o resto da sociedade rejeita, prolongam sua utilidade;
7. propiciam a criação de empregos para muitos profissionais liberais, como assistente social, sociólogos e urbanistas;
8. permite a divisão dos setores populares, impedindo dessa forma que constituam uma força política fortemente organizada;
9. constituem um eleitorado simbólico para vários atores políticos, além de outras.

## **2.5 – Participação do Governo**

O governo tem importante papel no processo de migração como fornecedor de mão-de-obra barata para as regiões, sejam elas agrícolas ou industriais, onde são adotadas políticas de desenvolvimento, colocando-se, neste sentido específico, indiretamente à serviço do capital. Passa a criar uma diversidade de órgãos de assistência aos migrantes, adotando políticas sociais que induzem uma população de baixa renda a deixar sua região de origem com falsas expectativas de melhoria na qualidade de vida; permitindo, no entanto, a acumulação de capital através dos baixos salários e do aumento do contingente de desempregados. Este fenômeno está na origem do surgimento e da expansão das Favelas. Com a rápida expansão das Favelas, o governo passa a se preocupar com os riscos que as mesmas poderiam significar para a ordem vigente. A maneira encontrada de neutralizá-la e manipulá-la é a integração formal na vida urbana.(PEARLMAN,1981)

Uma das políticas de integração, desenvolvida com esta finalidade específica, é o programa de remoção das Favelas, através da construção de casas populares financiadas pelo governo em locais afastados do centro urbano. Por trás dessa política há o interesse nos frutos do processo de valorização fundiária decorrente desse processo de "modernização e urbanização", especialmente com relação aos lotes de melhor localização (e fertilidade), sobretudo os situados nas zonas mais valorizadas, seja pela implantação de centros produtores e comerciais, seja de bairros residenciais. Este fenômeno é um dos vetores da especulação

imobiliária e aparece estritamente associado ao processo de estímulo para a indústria de construção civil.

Programas dessa natureza beneficiou outros segmentos sociais (em particular as classes média e alta), sem ter o efeito desejado sobre a população residente em Favelas. Ao contrário, aumentou o tempo e dinheiro gastos com o transporte para o trabalho e a dificuldade de encontrar trabalho por se tratar de localidades mais afastadas, além da necessidade de pagamento das prestações mensais.

Pearlman(1981), observa a esse respeito:

A criação do CHISAM significou a institucionalização em nível nacional de políticas Econômicas e sociais e de uma ideologia que atua no sentido de intensificar o controle pelas elites, para servir aos próprios interesses econômico e político, para concentrar as riquezas em menor número de mãos, e controlar e reprimir qualquer agente que procure impedir a evolução destas tendências. A política das Favelas é um espelho de todas estas institucionalizações, operações, controles e repressão". (Pearlman, 1981, P. 245)

O governo defende a formação de tais instituições, como sendo fundamentais para executar programas como os de habitação, entre outras políticas sociais, como suficientes para tirar parcela da população do setor de subsistência para a economia moderna, podendo transformá-las em consumidores, estimulando o mercado interno e dando continuidade ao desenvolvimento. No entanto, essas medidas assistenciais, somente amenizam o problema sem solucioná-lo de forma definitiva, mas servindo o sistema por justificarem a aplicação de políticas governamentais e de partidos políticos competidores, evitando mudanças mais radicais que pudessem aumentar o poder dos Favelados.

Cria-se uma imagem para os Favelados de *"dependentes, isolados e impotentes"*, que ao acreditarem nessa imagem passam a aceitar qualquer política oficial para os setores populares, mantendo a legitimidade da ordem vigente.(PEARLMAM, 1981)

## 2.6 – Atuação Política dos Favelados

Desde cedo os favelados foram vistos como um problema para a sociedade, definindo seu comportamento como violento e perturbador da ordem social. Esse comportamento tenderia a agravar-se na medida que tomam conhecimentos do estilo de vida das classes mais

altas, ao mesmo tempo que aumenta sua privação, podendo levar a uma crítica mais severa da sociedade.

O processo de urbanização poderia ser visto então, como um modo de facilitar o questionamento quanto a sua participação na sociedade, porque na cidade estão mais expostas e visíveis as contradições do próprio sistema capitalista, podendo perceber mais rápido as consequências das políticas do governo e o surgimento de idéias alternativas de relações sociais.

Segundo Pearlman (1981) , “Marx não considerava o *lumpemproletariado* como um grupo revolucionário. Mas, como segmento que não preenche os requisitos básicos de uma classe, não demonstrando relacionamentos recíprocos, é carente de antagonismo e que mais facilmente se deixa mobilizar pelos apelos populistas de massa de natureza pragmática do que ideologia”. Mas os Marxistas acreditam que a vida urbana, por si mesma, pode-se tornar radicalizadora, fazendo com que os indivíduos passem a ter consciência dos seus interesses.

Observa-se que a medida que vão formando uma segunda geração de migrantes, ou seja, seriam os filhos desses migrantes, que não tendo mais comparação com o campo, mas toda absorção do objetivo e do estilo de vida urbana, que poderiam construir posições mais radicais.

De acordo com Pearlman(1981), a Favela é um complexo dotado de coesão, forte em todos os níveis sociais, como família, associação voluntária e vizinhança. A Associação de Moradores é a mais importante organização política da Favela, servindo de intermediário na busca de melhores serviços e infra-estrutura urbana e social. A participação política dos Favelados pode, então, ser vista não como apática, nem radical, mas como possibilitadora da luta pela defesa dos interesses maiores quanto ao que pode lhes afetar mais diretamente, buscando diminuir suas perdas. Isto significa que estão integrados a política, com uma participação dentro da ordem urbana.

Conclui-se, assim, que a forma de participação política dos Favelados é imposta pela falsa impressão de se estar conseguindo extrair algo mais para esta população, através de promessas e políticas assistencialistas, servindo mais uma vez para manipular e reprimir.

## 2.7- Atividade econômica dos Favelados

Os Favelados são vistos com um peso para a economia urbana que, supostamente, têm que sustentá-lo através de desvios de recursos para serviços e infra-estrutura. São, ainda, considerados sem qualificação para fazer parte da força de trabalho produtivo. Esta afirmativa não pode ser confirmada pelo fato de que contribuem em termos de trabalho e de consumo. O problema é que não existem empregos suficientes, deixando parcela da população excluída.

Mesmo considerados sem qualificação, uma parte consegue emprego na indústria, ou na construção, mas a maior parte concentra-se no setor de serviços (camelôs, lixeiros, cobradores de ônibus, porteiros, vigias, varredores, lavadores de carros, domésticas, faxineiras, e em postos de gasolina), que apesar de não produzir algo mais sólido para a economia, gera renda que circula pela cidade sendo o principal ponto de consumo dessa população.

De acordo com Pearlman(1981), a economia beneficia-se duplamente do consumo da população de baixa renda, pois a maioria de suas compras tem que ser feito a crédito. Onde se as prestações forem pagas no prazo, o preço final será o dobro do preço de mercado de determinada mercadoria. Por outro lado se as prestações não são pagas, o artigo é apreendido sem devolução do que já foi recebido.

Em muitas Favelas existem uma série de pequenos negócios que Além de gerar emprego, na comunidade, como nas construções de suas casas e em infra-estrutura básica, há ainda empresas individuais como lojas, locadoras, mercearia, panificadoras, botequins e outros que pagam impostos Municipais, portanto, gerando renda para a cidade, além de outros impostos pagos já pela comunidade.

Mas, o quadro geral é de exclusão dos benefícios que o sistema pode oferecer, servindo ao seu interesse e sendo manipulados por ele. Muitos dos que querem trabalhar não conseguem; e os que conseguem, ficam com os piores postos de trabalho, que não dão segurança quanto ao tempo de permanência nem vantagens trabalhistas, e ainda com o piores e mais baixos salários.

Com a elevação do desemprego aumentou também o número de trabalhadores em empregos não qualificados, existindo sempre uma parte de trabalhadores de reserva, possibilitando a manutenção de baixos salários e sem benefícios nenhum para o trabalhador, que muitas vezes tem que cumprir elevadas jornadas de trabalho.

Pearlman(1981), afirma que

por ter pouca instrução, um trabalho insatisfatório e uma renda baixa, o favelado é um marginal econômico. Mas esta é uma marginalização por exclusão e exploração e não por baixa motivação e paroquialismo. O favelado está intimamente integrado no sistema econômico, não apenas em ação e atitude como no sentido ainda mais fundamental de que sua sorte depende de fatores macroeconômicos como políticas de protecionismo industrial, subsídios a agricultura e frentes de trabalho aberta pelo governo. (PEARLMAN,1981, P. 200)

A consequência das contradições experimentadas no sistema Capitalista moderno é o aumento da violência, desemprego e exclusão, passando a exigir novas formas de se construir uma sociedade mais justa capaz de superar as existentes. Para isso é necessário que se tenha uma visão correta de como funciona o processo de acumulação e produção no sistema capitalista.

Esse processo passaria por três vetores históricos(AUED,2001):

O primeiro é o de que os homens burgueses se movem em razão da produção da mais-valia ( no vulgar é o lucro), isto significa compreender como os homens produzem na sociedade capitalista; o segundo é o de que ao se produzir na sociedade burguesa, produz-se, ao mesmo tempo, a própria sociedade burguesa; o terceiro é o de que, ao se produzir na sociedade burguesa, produz-se simultaneamente a negação desta mesma sociedade, ou seja, produz-se os elementos de sua própria superação". (AUED, 2001, p. 03)

Na corrida pelo lucro a sociedade burguesa busca formas de aumentar a produtividade e reduzir os custos de produção, tendo conseqüentemente redução dos preços da mercadoria, mas aumentando a acumulação do capital. Isto pode ser evidenciado através da divisão do trabalho e da constante introdução de novas máquinas, contudo, existe uma parcela da população que não é beneficiada com a elevação da riqueza de um país, pelo fato da extinção cada vez mais rápido das oportunidades do indivíduo de encontrar trabalho.

Isto significa dizer que o sistema capitalista, à cada dia que passa, substitui mais trabalhadores por meios de produção, resultando na contradição da acumulação nas mãos de poucos e grandes capitalistas e na formação de uma população sem condições de usufruir dos benefícios, permanecendo muitas vezes a margem do sistema.

Os favelados, portanto, cumprem um papel de força de trabalho que possibilita a acumulação de capital. Agora os trabalhadores parecem condenados a exclusão no mercado de trabalho ou a aceitarem as condições de emprego que lhe são oferecidos com baixos salários, onde ora estão empregados ora não, passando muito mais tempo desempregado do que trabalhando, procurando alternativas consideradas ilegais como a economia informal,

prostituição, tráfico de drogas, assaltos ou ainda tornando-se mendigos que nem mais na favela conseguem integrar-se, apenas estão por aí.



## CAPÍTULO – III

### 3 - Crescimento de Favelas

#### 3.1- Alguns Aspectos socio-econômicos no Brasil

A Sociedade Brasileira é caracterizada historicamente pela desigualdade encontrada não somente no aspecto econômico, mas sobretudo refletido nas condições sociais da população. Principalmente quando observamos as diferenças regionais.

De acordo com Lisboa(2003):

Ao incluir apenas alguns segmentos competitivos em seu espaço de acumulação, o processo darwinista de mundialização e reestruturação produtiva vem se mostrando insuficiente em absorver como mão de obra assalariada a crescente população, aprofundando a já característica polarização social do planeta e agudizando o drama de nossas sociedades periféricas(Fenômeno que alguns estão a denominar de “Brazilianização”, ou seja, a difusão de “ilhas” imensamente privilegiadas em meios a um mar de miséria e desespero). (Lisboa, 2003, p.03 )

Quando comparado a outros países em relação ao desenvolvimento humano, o Brasil é classificado em 69 em 2001, no índice de Desenvolvimento humano(IDH). Podemos observar que o IDH Brasileiro, nos últimos anos teve um aumento influenciado principalmente pelos fatores: educação (60,78%), renda (25,78%), e longevidade (13,44%).(PNUD, 2000)

Mas a nível regional o IDH só vem a confirmar a desigualdade. Os cinco Estados com maiores IDH são: Distrito Federal (0,844), São Paulo (0,814), Rio Grande do Sul (0,809), Santa Catarina (0,806) e Rio de Janeiro (0,802), situando-se na faixa de alto desenvolvimento humano. Os cinco IDH mais baixos são: Alagoas (0,633), Maranhão (0,647), Piauí (0,673), Paraíba (0,678) e Sergipe (0,687). No entanto, a participação da renda varia entre – 37,64 % (Roraima) até 35,15 % (Santa Catarina). (PNUD, 2000)

Apesar dos dados não mostrarem nenhum Estado Brasileiro com baixo nível de desenvolvimento, isto não significa que não exista desigualdade, ao contrário, há no Brasil um crescente número da população em condições de extremo empobrecimento, excluídas dos benefícios da sociedade. Este fato pode ser observado em qualquer parte do Brasil, ficando mais evidente, porém, nas cidades e suas periferias. Em 1992 o país tinha 78 % da população concentradas em áreas urbanas, em 2001 já representavam 85,2 % da população. (IBGE, 2002)

Segundo a Síntese dos Indicadores Sociais calculado pelo IBGE, a distância entre os dois extremos ainda é muito grande, existe uma grande concentração de renda e benefícios nas mãos de poucos, enquanto uma grande parcela sobrevive com muito pouco. Isto representa dizer que o 1% mais rico da população acumula o mesmo volume de rendimentos dos 50% mais pobres e os 10 % mais ricos ganham 18 vezes mais que os 40% mais pobres. (IBGE, 2002)

Essa desigualdade de rendimentos acarretam em muitas outras (IBGE, 2002):

- 80% dos domicílios dos 10% mais ricos tem saneamento adequado (entendido como saneamento adequado os domicílios com escoadouro ligado a rede geral ou fossa séptica, serviço de água canalizada internamente e proveniente da rede geral de abastecimento e lixo coletado direta ou indiretamente pelos serviços de limpeza), contra um terço dos 40% mais pobres.
- Metade da população ocupada no Brasil, tem rendimento médio de  $\frac{1}{2}$  a 2 salários mínimos.
- A participação dos trabalhadores agrícolas no mercado de trabalho caiu para 20,6%. Enquanto os da construção civil e da Administração Pública mantiveram sua participação em relação a 1999, os da indústria de transformação, comércio, prestação de serviços aumentaram as suas. A indústria passou de 12,7% para 13,5%. O comércio saltou de 12,1% para 14,3%. Os setores de prestação de serviços e de outros serviços foram de 17,7% para 20,2% e de 14,8% para 18,4%. Predominando os setores de serviços e outros nas áreas metropolitanas.
- O percentual de estudantes de nível superior de 20 a 24 anos nos 10% mais ricos é de 23,4%, contra nos 4% nos 40% mais pobres.
- Entre os 40% mais pobres, a proporção de empregados sem carteira é de 31,7% contra 8,0% entre os 10% mais ricos. Para os trabalhadores por conta própria essa relação é de 29,8% contra 20,7%.
- Cerca de 90% dos domicílios urbanos Brasileiros recebem água de rede geral com canalização interna. Sendo que o Norte e Centro-oeste ainda há expressivo emprego de poços ou nascentes.

### 3.1.1 – Crescimento de Favelas no Brasil

O rápido processo de crescimento das cidades Brasileiras sem planejamento adequado com relação a Política Econômica e Social, favorece o surgimento de um número de crescente de Favelas.

Miranda (2001) descreve este processo da seguinte forma:

Eis o cenário Brasileiro: um imenso e rico país urbano, com grandes Metrôpoles e uma constelação de minúsculas cidades, com grandes latifúndios e milhões de sem terra, com uma elite e classe média alta ricas e milhões de miseráveis, com capacidade para construir infra-estrutura em qualquer país do mundo e um déficit habitacional de milhões de unidades. (Miranda, 2001, p.01)

As Favelas ao longo de sua história têm recebido diversos conceitos, mas sua origem esta relacionada ao Morro da Favela no Rio de Janeiro, sendo um dos primeiros espaços ocupados pelas populações pobres e seus casebres. (Marcon, 1986:16 apud Miranda, 2001:14)

#### **Conceitos de Favelas:**

Aglomerações de população de baixa renda, formadas por ocupação de terras de terceiros, caracterizadas por urbanização irregular, alta densidade de habitações e precariedade das condições ambientais”. (Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) – apostila sobre assentamento subnormais – 2000. Ana Carolina Michelini apud Miranda, 2001, p.14).

Conjunto de habitações populares toscamente construídas (por via de regra em morro) e desprovidas de recursos higiênicos”. (DICIONÁRIO AURÉLIO, 1986, P. 234 apud ZALUAR; ALVITO, 1998, p. 71)

As Favelas tem sido caracterizada em cada época como um problema para a sociedade urbana, passando desde lugar de pobres, falta de higiene, infra-estrutura, urbanização até lugar de bandidos e violência. Mas as Favelas acima de tudo representam uma alternativa para a falta de oportunidades e condições de inserção de parcela de excluídos.

Zaluar e Alvito(1998), enfatizam este problema com as seguintes observações:

E não é por acaso que a revalorização do problema Favela pelo poder público vem sendo imposta muito mais pelo transbordamento das consequências da violência que hoje atinge a cidade como um todo – se bem que de forma desigual (Soares,1996), do que pela presença de um ator Político defensor dos interesses dos Excluídos. (ZALUAR; ALVITO, 1998, p. 44)

O IBGE classifica como Favelas áreas com um mínimo de 51 unidades habitacionais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), e com carências de serviços públicos essenciais. (Ryff,2001)

Segundo dados do IBGE (2000), o Brasil possui 3.905 áreas de Favelas, um aumento de 717 ou 22,5% desde 1991. O Estado que apresenta maior número é São Paulo, com 1.548 Favelas, com um aumento de 22% , concentrando 39,6% do total do país. O Pará foi o Estado que apresentou o maior crescimento, 418,5%, passando de 27 para 140 Favelas. Em seguida esta a Paraíba, com um aumento de 224%, passando de 25 para 81. (Ryff, 2001)

De acordo com Ryff(2001), um ponto importante a ser ressaltado é que não há relação entre o número de favelas e a quantidade da sua população, ou seja, um Estado pode Ter uma favela e ainda assim Ter maior população favelada, do que outro que tenha um número maior de favelas.

A nível regional o sudeste apresenta os três Estados com maior número de favelas (2.621). Depois de São Paulo, vêm o Rio de Janeiro (811) e Minas Gerais (256). Paraná é o quarto com 207 favelas. Os Estados de Roraima, Acre, Rondônia e Tocantins não possuem nenhuma. Assinala que entre os municípios, a Cidade de São Paulo tem o maior número de favelas (612), com um crescimento de 4,6%. Em Guarulhos o número mais que dobrou, passando de 64 para 136. Em Belém mais que triplicou, passando de 20 para 93. Curitiba conhecida pela sua qualidade de vida, ocupa o 5 colocação no Ranking Municipal. (RYFF, 2001)

### **3.2 – Mapa da Exclusão Social em Santa Catarina**

O Estado de Santa Catarina, como os demais Estados do Brasil, possui vários problemas socio-econômico, mantendo uma parcela da população marginalizada do processo de desenvolvimento. Estudo recente realizado pelo Instituto de Planejamento e Economia Agrícola (CEPA), em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente, procura fazer um diagnóstico do Mapa da Exclusão Social em Santa Catarina, ou

seja, procura saber quantos, quem são e onde estão os Excluídos. O objetivo deste trabalho é saber qual o montante de investimentos necessários, as prioridades e quais as políticas mais eficientes.

**Tabela – 3**

**Número e percentual de pessoas, renda per capita mensal, pessoas e famílias com renda insuficiente, pessoas pobres, totais urbano e rural.**

Localidade	Pessoas (número)	Renda per capita mensal (R\$)	Pessoas com renda insuficiente		Pessoas pobres		Famílias com renda insuficiente	
			N	%	N	%	N	%
Estado	5.356.360	349,32	665.317	12,4%	1752.908	32,7%	159.801	10,7%
Rural	1.138.416	205,70	224.069	19,7%	510.951	44,9%	50.606	17,1%
Urbano	4.217.944	386,32	441.419	10,5%	1241.957	29,4%	109.195	9,1%

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Social, Urbano, e Meio Ambiente.(2003)

De acordo com a Tabela – 3, podemos verificar que o número de pessoas com renda insuficiente (tendo como parâmetro a renda equivalente mínima de R\$ 90,00 por pessoa) no Estado é de 12,4%, sendo que 19,7% dessas pessoas se encontram no meio rural, enquanto 10,5% se encontra no meio urbano.

**Tabela – 4**

**Número e percentual de pessoas, renda per capita mensal, pessoas e Famílias com renda insuficiente e pessoas pobres nas regiões de Santa Catarina.**

Região	N	Pessoas número	Renda per capita mensal (R\$)	Pessoas com renda insuficiente		Pessoas pobres		Famílias com renda insuficiente	
				N	%	N	%	N	%
São Miguel do Oeste	01	143.642	235,35	29.128	20,3%	65.850	45,8%	6.353	16,5%
Maravilha	02	59.669	217,51	13.123	22,0%	27.414	45,9%	2.868	17,9%
São Lourenço do Oeste	03	67.828	236,69	17.432	25,7%	33.166	48,9%	3.913	22,4%
Chapecó	04	207.920	315,23	33.775	16,2%	81.322	39,1%	7.854	13,7%
Xanxerê	05	133.483	265,31	30.540	22,9%	64.818	48,6%	6.999	19,8%

Concórdia	06	142.086	325,17	18.028	12,7%	47.818	33,7%	4.875	12,5%
Joaçaba	07	107.948	317,15	14.165	13,1%	38.771	35,9%	3.203	10,5%
Campos Novos	08	56.703	219,30	14.924	26,3%	29.730	52,4%	3.325	21,6%
Videira	09	104.552	281,50	16.025	15,3%	41.702	39,9%	3.530	12,3%
Caçador	10	96.205	237,85	21.646	22,5%	47.399	49,3%	4.589	17,9%
Curitibanos	11	70.058	216,17	18.681	26,7%	39.200	56,0%	4.366	23,4%
Rio do Sul	12	130.419	307,63	15.381	11,8%	42.879	32,9%	3.612	10,0%
Ituporanga	13	69.293	248,51	9.149	13,2%	25.824	37,3%	1.988	10,7%
Ibirama	14	70.948	265,00	8.154	11,5%	22.774	32,1%	1.754	9,1%
Blumenau	15	431.373	418,78	19.355	4,5%	71.647	16,6%	5.059	4,0%
Brusque	16	153.149	368,84	8.385	5,5%	31.806	20,8%	2.503	5,7%
Itajaí	17	394.137	403,48	42.014	10,7%	118.438	30,0%	10.686	9,5%
São José	18	724.272	515,76	55.962	7,7%	163.455	22,6%	16.128	7,7%
Laguna	19	130.373	239,62	23.450	18,0%	54.106	41,5%	5.728	15,1%
Tubarão	20	205.178	339,11	15.457	7,5%	56.536	27,6%	4.003	6,9%
Criciúma	21	332.875	344,56	26.105	7,8%	90.671	27,2%	6.551	7,1%
Araranguá	22	160.169	270,60	22.817	14,2%	62.753	39,2%	5.557	12,1%
Joinville	23	527.342	382,02	56.957	10,8%	155.412	29,5%	13.901	9,4%
Jaraguá do Sul	24	170.664	375,74	8.036	4,7%	33.323	19,5%	2.242	4,7%
Mafra	25	208.976	251,05	33.070	15,8%	83.626	40,0%	7.100	12,7%
Canoinhas	26	122.974	244,79	29.649	24,1%	63.145	51,3%	6.306	19,2%
Lages	27	221.760	294,63	44.383	20,0%	99.368	44,8%	10.338	17,2%
São Joaquim	28	50.075	222,37	12.359	24,7%	27.576	55,1%	2.835	20,5%
Palmitos	29	62.289	283,17	7.167	11,5%	32.379	52,0%	1.635	9,4%
Total do Estado		5.356.360	349,32	665.317	12,4%	1.752.908	32,7	159.801	10,7%

Fonte: Secretaria do Desenvolvimento Social, Urbano, e Meio Ambiente(Seduma), (2003).

A Tabela – 4, mostra a desigualdade entre os Municípios Catarinense, onde o percentual de pessoas sem renda suficiente varia de 4,5% a 26,7%. Verifica-se também a inexistência de pessoas sem renda suficiente ( no contexto urbano) até 62,1% da população (no contexto rural). (Seduma, 2003)

O mapa da Exclusão Social de Santa Catarina, utiliza-se ainda de informações complementares de acesso a serviços publicos essenciais, mostrando que os mesmo lugares onde a renda é insuficiente, são os que mais sofrem pela falta destes serviços.

Tabela – 5

**Número de domicílios e percentual de acesso aos serviços públicos de água, esgoto, coleta de lixo, energia e telefone**

Localidade	Domicílios (N)	Rede pública de água (%)	Água no Domicílio (%)	Esgoto (%)	Coleta de lixo (%)	Rede elétrica (%)	Telefone (%)
Estado	1.498.742	74,6%	96,5%	19,5%	83,0%	98,4%	43,7%
Rural	295.484	15,3%	92,5%	1,2%	26,0%	92,9%	14,3%
urbano	1.203.260	89,1%	97,6%	24,0%	97,1%	99,7%	51,0%

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Social, Urbano, e Meio Ambiente(2003)

A exclusão Social esta presente em praticamente todos os municípios catarinense, talvez em maior ou menor grau, mas não podemos negar sua existência. Mesmo os Municípios que não aparecem na tabela – 4, podem apresentar uma parcela da população concentrada na sua periferia, a margem da sociedade, em condições de miséria e pobreza. Podemos visualizar este problema no nosso cotidiano pelo aumento das Favelas e de sua população, ou mesmo, através daqueles que já nem na Favela conseguem um lugar, são moradores de Ruas, mendigos, que também vêm crescendo em número significativo.

Portanto, devemos ter clareza em relação a real situação, somente assim poderemos constituir um planejamento que abranja todas os segmentos sociais.

Segundo Erminia(2000), esta situação deve estar clara para a sociedade:

A cidade oculta, invisível aos olhos dos especialistas embriagados nas fontes internacionais, continua, equivocadamente, tendo tratamento ideológico, compensatório, marginal. Só que essa cidade é maioria, transbordando num patamar sem volta. Não dá para esconder mais nada embaixo do tapete. Como é que uma realidade gritante, óbvia e clara não é evidente na consciência da sociedade? Por que existe um grande trabalho em escondê-la, Conclui.”(ERMINIA,2000 apud MEIRELLES, 2000, p.05)

### 3.3 – Perfil Socio-econômico de Florianópolis

Florianópolis é caracterizada como cidade pólo do aglomerado urbano ao qual esta inserido. Este aglomerado é composto por Florianópolis, São José, Biguaçu e Palhoça, onde cada um parece destacar-se por setores econômicos diferentes, estando no entanto, interligados por estes setores.

Este quadro pode ser então definido da seguinte maneira conforme o Centro de Estudos e Cidadania - CECA/FNMA (1996):

Define-se nos anos 70 o aglomerado urbano de Florianópolis (AUF), resultante do processo de conurbação que forma uma única malha urbana entre os Municípios de Florianópolis, Biguaçu, São José e Palhoça, impedindo que se conceba Florianópolis como uma sociedade isolada, mas sim como um Município – pólo de toda a região – na qual vislumbra-se uma nítida divisão econômica regional: a área industrial concentra-se em São José, o setor de serviços na Capital, enquanto que a atividade primária marcadamente em Biguaçu e Palhoça”.(CECA/FNMA, 1996, p.212 apud Bitencourt, 1998, p. 40)

Florianópolis com características próprias em relação a sua estrutura, mantém, no entanto, o mesmo perfil das demais cidades Brasileiras, com elevado grau de urbanização provocado pelo processo de desenvolvimento por que passa a cidade, atraindo um contingente de migrantes. Em 2000, apresentava uma população de 342.315, onde deste total 332.185 habitantes se concentravam em áreas urbanas e somente 10.130 no setor rural, isso significa uma taxa de urbanização de 97%. (IBGE,2000 apud Prefeitura Municipal de Florianópolis - PMF, 2002)

De acordo com Bitencourt(1998):

Portanto, a região de Florianópolis, no que se refere ao processo de urbanização, sofreu fortes mudanças a partir da década de 60, (...) com a implantação de diversas repartições administrativas estaduais e federais que, além de expandir as oportunidades de emprego alargaram o mercado para atividades comerciais e de serviços. A implantação de várias rodovias e, mais recentemente, a expansão crescente da indústria do turismo também foram fundamentais para a formação do quadro atual. Neste processo, uma grande parte da população passou diretamente do setor primário, historicamente assentado na combinação entre a pesca artesanal e a pequena propriedade agrícola, para o setor de serviços. Deslocando-se desta forma acelerada do espaço e do modo de vida rural para o urbano”. (Bitencourt, 1998, p.33)

**Tabela – 6**

**Composição do PIB, Empregos e Setores de Atividades Econômica em Florianópolis – 2000**

Setores	PIB (R\$ milhões)	%	Empregos	%
Indústria	253.766.794	6.04	4.681	5.85
Comércio	1.156.655.600	27.53	15.183	18.96
Serviços	2.777.990.130	66.12	46.608	58.20
Outros	13.024.455	0.31	13.607	16.29
<b>Total</b>	<b>4.201.436.979</b>	<b>100</b>	<b>80.079</b>	<b>100</b>

Fonte: Seduma, Sine apud PMF,2001.



Podemos observar, que Florianópolis participa com 0,42% do total da produção do Estado, sendo que o setor Terciário, como pode-se observar através da tabela –6, apresenta-se como principal atividade econômica, responsável por 77,16 % dos postos de trabalho. As principais atividades deste setor são: os órgãos Estaduais (atuando como Centro Político Administrativo), órgãos Federais, além de possuir um centro comercial e de serviços bastante desenvolvido e diversificado, especialmente nas atividades bancárias, educacionais e de saúde. Outra atividade que deve ser destacada é o Turismo, que embora de forma sazonal, movimentava a economia local e vem crescendo com sua especialização, gerando um aumento na renda. O setor secundário tem evoluído, as principais atividades são: a indústria de vestuário, alimentos, móveis, bebidas e principalmente nos últimos anos a indústria da microinformática. O setor primário é menos expressivo, as atividades mais importantes são: cana de açúcar, mandioca, banana, milho e a pesca artesanal. Neste setor uma das atividades que vêm crescendo e merece destaque como nova fonte geradora de renda, é a criação de ostras. (Dados PMF, 2001)

### **3.4 – O crescimento de Favelas em Florianópolis**

As Favelas surgiram em Florianópolis no final do século XIX (Morro do Antão), apresentando elevado crescimento a partir da década de 70 e 80. Atualmente existe Favelas em toda região conurbada, no entanto, o maior número concentra-se em Florianópolis. (Miranda, 2001, p.17)

Caracterizada como a Quarta cidade Brasileira com melhor qualidade de vida, além de atividades econômicas atrativas como o turismo, Florianópolis, atrai um contingente de migrantes, principalmente das áreas rurais e do interior do Estado, em busca de novas oportunidades.

A população de Florianópolis na década de 90 cresceu 3,31% ao ano, representando o dobro da média nacional, que é de 1,64%. Muitos dos moradores das Favelas, ainda que em precárias condições econômica e social, acreditam estarem melhor nestas áreas do que no lugar de onde vieram, isto significa dizer que só vêm para a cidade porque não conseguem o mínimo no lugar de origem. Nas Favelas muitos tem a ilusão de estarem melhorando sua condição na sociedade, o que não concretiza-se, ao contrário, tende a aumentar parcela de excluídos, apresentando como consequência o aumento da pobreza, miséria e violência.

De acordo com Miranda(2001), se usarmos o conceito adotado pelo IBGE, Florianópolis possuiria poucas áreas de Favelas, passando a adotar os seguintes critérios para identificar as áreas de interesse social:

- Deficiência em redes de infra-estrutura urbana e equipamentos comunitários urbanos, parcial ou total, que comprometa a qualidade de vida destas comunidades.
- A precariedade das habitações, tanto pelo tamanho, material empregado, estado de conservação e localização em locais insalubres ou de alto risco.
- Renda familiar predominante inferior a 3 salários mínimos.
- Áreas de invasão, seja pública ou privada, podendo ser também áreas invadidas e loteadas irregularmente.
- O desenho urbano caótico com vielas estreitas, construções em fundo de vale, áreas de dunas, mangues, barrancos íngremes.

**Tabela – 7**

**Favelas na grande Florianópolis – distribuição por município**

Município	Número de Favelas	População	Número de Famílias	Percentual
Florianópolis	55	50.397	11.886	78%
Palhoça	8	4.656	1.394	7%
Biguaçu	8	4.175	1.250	6%
São José	12	5.230	1.798	8%
Soma	83	64.458	16.328	

Fonte: Pesquisa Eng. R. Miranda, 2001

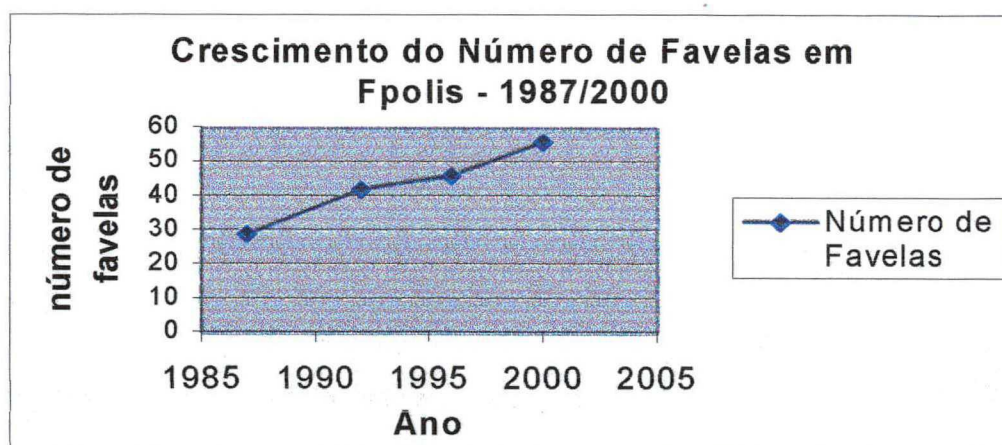
De acordo com a tabela – 6, podemos verificar que Florianópolis concentra o maior número de Favelas, apresentando 55 áreas de interesse social, sendo que a Região continental concentra 45% da população, com 22 favelas. Na ilha podem ser encontradas 33 áreas de Favelas, sendo que somente a Região do Morro da Cruz apresenta 16, concentrando 46% da população.

**Tabela – 8****Crescimento das Favelas em Florianópolis: 1987/2000**

Ano	População da Cidade	Número de Favelas	População das áreas de Favelas	% da população Favelada	Taxa de crescimento Favela
1987	228.246	29	21.393	9,37%	
1992	254.941	42	32.290	12,67%	8,58%
1996	271.281	46	40.283	14,85%	3,98%
2000	331.784	56	50.397	15,19	5,16%

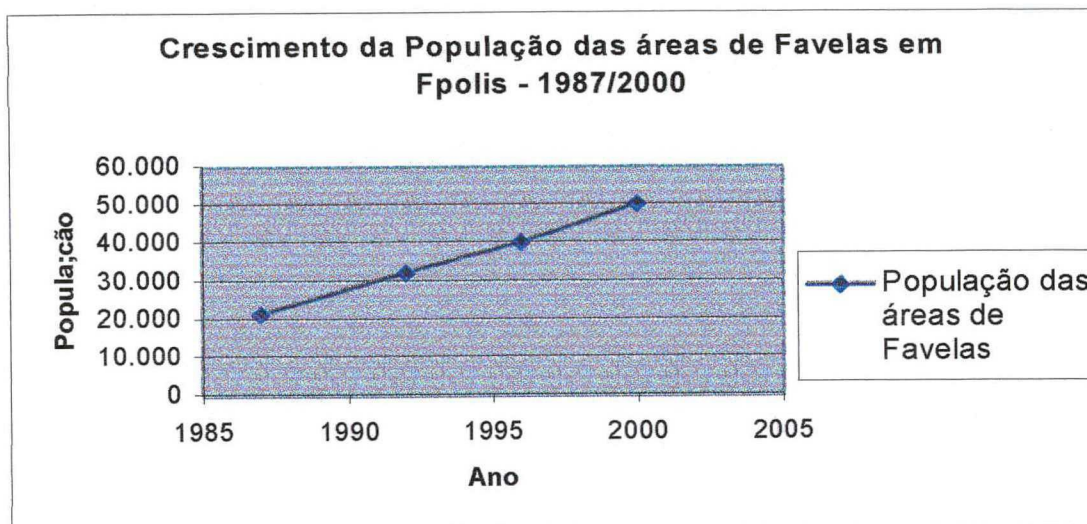
Fonte: Instituto de Planejamento urbano de Florianópolis Ipuf, Setor Habitação, PMF, Ibge – assoc. hab. Universidade Federal de Santa Catarina -Ufsc apud Miranda(2001)

De acordo com a tabela –8, verificamos que em 1987 a população das áreas de Favelas eram 21.393, em 2000, essa população mais que dobrou, passando para 50.397, representando 15,19 % do total da população do Município. As áreas de Favelas passaram de 29 em 1987, para 56 em 2000. Esses dados podem ser observado com maior clareza nos Gráficos – 1 e 2 , mostrados abaixo:

**Gráfico – 1**

Fonte: Ipuf, setor habitação, PMF, apud Miranda, 2001

Gráfico -2



Fonte: Ipuf, setor habitação, PMF apud Mirana, 2001

### 3.4.1 – Perfil da População das áreas de Favelas em Florianópolis

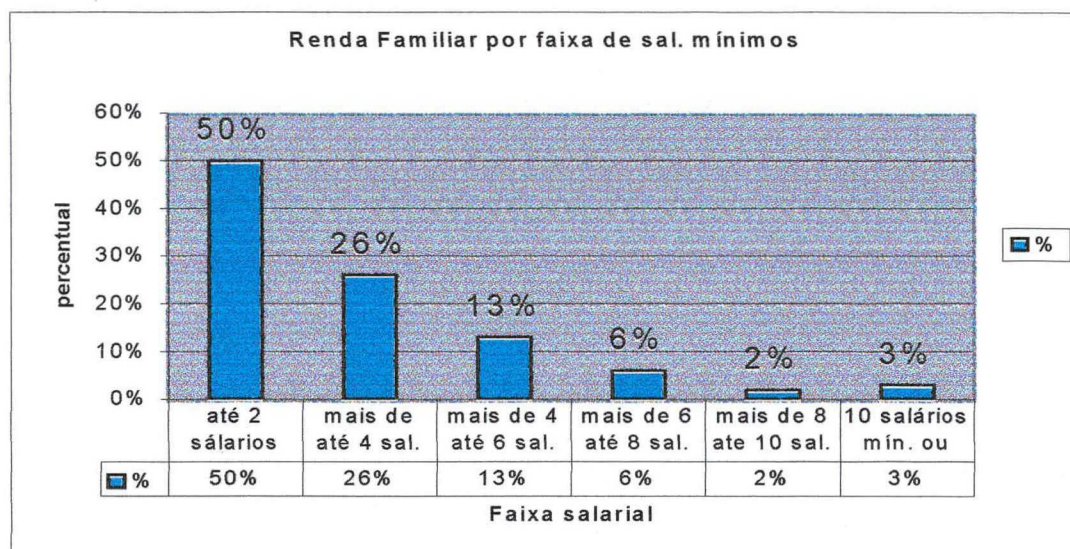
Os dados a seguir, de acordo com Miranda(2001), foram obtidos através de pesquisa com amostragem simples, realizada em 1997, onde foram aplicadas 1.124 questionários em 38 áreas de Favelas em Florianópolis.

#### 3.4.1.1– Renda:

O 50% das Famílias que moram na Favelas de Florianópolis possui renda de até 2 salários mínimos, enquanto uma pequena parcela possui renda superior a 6 salários mínimos. Este fato só vêm a confirmar a desigualdade de renda.



Gráfico – 3



Fonte: Miranda, 2001

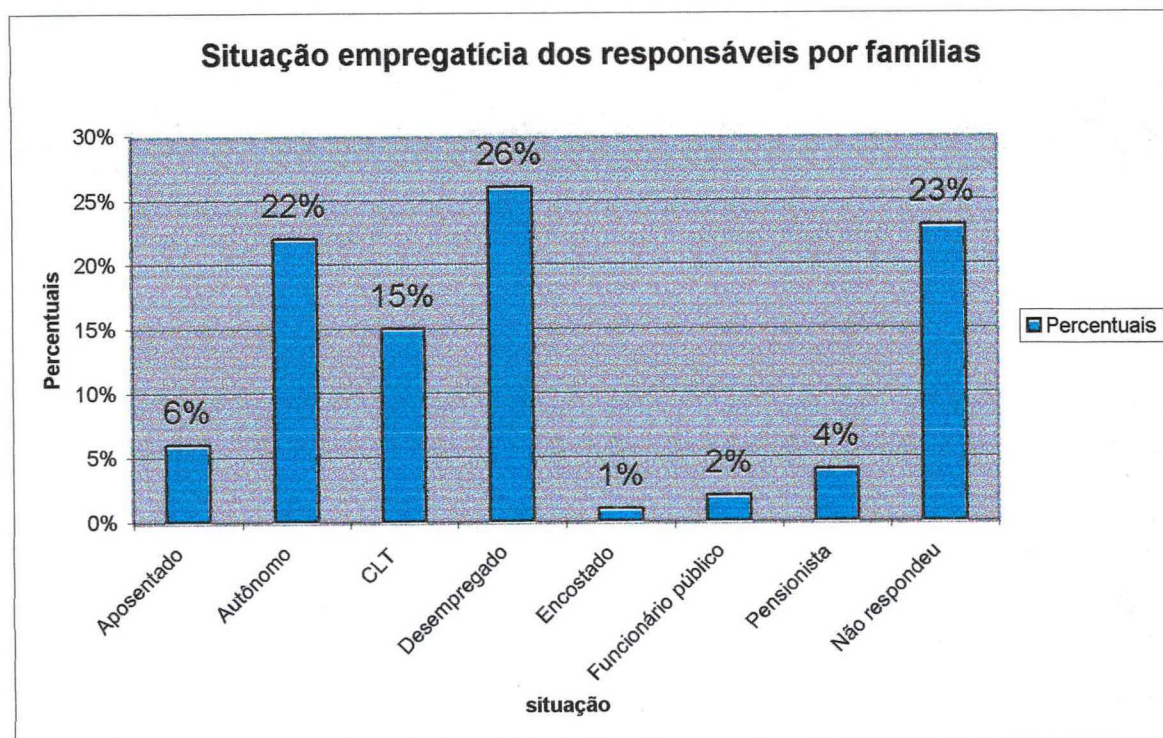
#### 3.4.1.2 – Composição Familiar e Escolaridade:

De acordo com Miranda(2001), a média de pessoas por família é de 4,3. Confirmando a redução da família Brasileira. Quanto a faixa etária, as crianças representam maioria, com um percentual de 43% na faixa de 0 a 14 anos, a faixa de 15 a 30 anos, representam 30%, e acima dos 30 anos representam 27% da população total. Esses dados mostram a importância de políticas voltadas para as crianças, principalmente, nos investimento em educação pública com qualidade. Tendo em vista que a maioria dos responsáveis pelas famílias possuem nível de escolaridade baixa, ou seja, 48% possuem da 1 a 4 série, 29% da 5 a 8 série, e apenas 6% o 2 grau. O número de analfabetos representa 12% do total, um número muito elevado, para a cidade com a Quarta colocação em qualidade de vida.

#### 3.4.1.3 – Situação empregatícia do responsável pela Família:

De acordo com o gráfico – 4, podemos observar que grande parte dos chefes de famílias das áreas de Favelas, estão desempregados (26%), ou são autônomos (23%), somente uma pequena parcela possui carteira assinada(15%).

Gráfico – 4

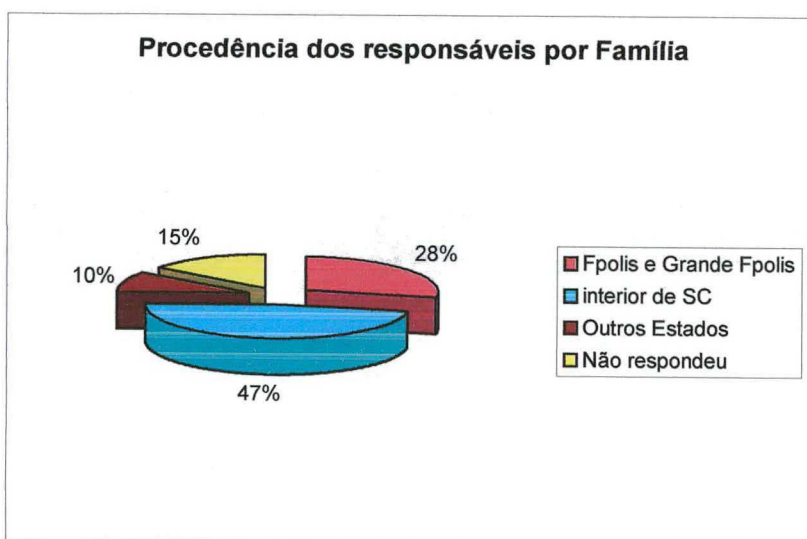


Fonte Miranda, 2001

#### 3.4.1.4 – Procedência dos responsáveis por Família

A maioria dessa população vêm do interior do Estado (47%), sendo 20% do Planalto, 8% do Oeste e 9% do Sul. As de origens de outro Estado, representam 10% do total. Já os originários da própria região de Florianópolis representam 17% do total da população das Favelas.

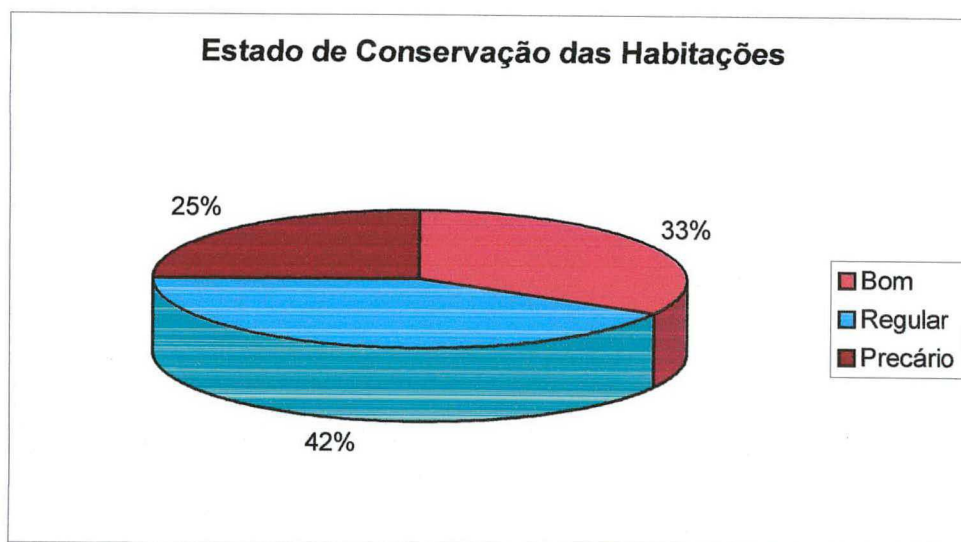
Gráfico – 5



Fonte: Miranda, 2001

#### 3.4.1.5 -Tipologia da Habitações e Estado de conservação

Gráfico - 6



Fonte: Miranda, 2001

Quanto aos Tipos de habitações, verifica-se que 39% são de Alvenaria, 39% de madeira, 15% são mistas e 7% são barracos. O estado de conservação poder ser apresentado com a maioria em condição regular(42%), seguida de bom(33%), e precário(25%).



## CAPÍTULO – IV

### 4 – Perspectivas

#### 4.1 – Políticas de Inclusão Social

Hoje algumas medidas políticas têm sido debatidas como fator fundamental para a superação dos obstáculos ao desenvolvimento Brasileiro, são decisões macroeconômicas, passando por reformas tributárias, trabalhistas, previdenciárias, creditícia, direito a propriedade, entre outras. No entanto, temos que Ter clareza dos objetivos por trás destas políticas, principalmente em relação ao papel do Estado e os benefícios a população Brasileira. Essa é uma discussão muito ampla, não sendo o objetivo no momento, o que queremos mostrar é a necessidade de discutirmos quais políticas públicas mais eficientes no combate a exclusão Social, redirecionando os gastos públicos para a inclusão dos pobres na sociedade.

A inclusão social não é tarefa fácil, porque faz parte de um processo histórico de desenvolvimento, mas podemos reverter este quadro, mesmo que seja a longo prazo, combatendo a desigualdade e redistribuindo os recursos de forma eficiente.

Não podemos combater a exclusão Social de forma compensatória ou fragmentada, são necessários um conjunto de ações integradas que abranjam os diversos aspectos deste processo, envolvendo as dimensões econômicos, sociais e urbanas, capazes de enfrentar este problema como um todo. Dentro deste processo, a esfera do poder público com mais capacidade de monitorar este conjunto de ações parece ser o Município.

De acordo Belchior(2001), as dimensões podem apresentar melhorias da seguinte forma:

- Urbanas – implantação de uma infra-estrutura adequada e melhorias habitacionais.
- Econômica – complementação da renda, geração de trabalho e renda.
- Social – melhor aparato educacional, saúde, atividades sócio educativas e de apoio a família.

Mas alguns pontos parecem fundamentais nas políticas de inclusão(Lavinas,2002):

- Renda básica proporcional ao custo de vida local,



- Não criar grupos de pobres (jovem, velho, criança). Isso deixa de fora outros excluídos e sobrecarrega a operacionalização do programa,
- Combater uma visão categorial das ações,
- Evitar que apenas crianças sejam alvos das ações. Isso demonstra uma visão instrumentalizada, como se pudéssemos cuidar apenas das próximas gerações e ainda desrespeita a identidade dessas crianças.

Belchior(2001), deixa bem claro como as políticas de inclusão devem atuar, descrevendo da seguinte forma:

As políticas de inclusão devem buscar não somente a transformação do meio urbano ou a implantação da ações de proteção social, mas também a emancipação das famílias por meio do desenvolvimento de programas educacionais, culturais e de outros que objetivem a geração de renda e trabalho.(BELCHIOR, 2001, p. 01 )

Para atingir os objetivos, as políticas de inclusão, além de atuar de forma integrada, devem buscar a participação da comunidade, visualizando suas principais carências, podendo interferir nestas políticas e ajustando as suas verdadeiras necessidades.

Como foi observado anteriormente, o Município apresenta-se como o agente principal da gestão integrada, porém não pode ser o único. É fundamental a parceria Município, Governo Estadual e Federal, na captação de recursos e na implantação de todo um aparato institucional capaz de dar continuidade ao processo de inclusão. Não podemos esquecer também da participação do setor privado, não só como fonte de recurso, mas também dando sua contribuição na organização e instrumentalização dessas ações.

Afirma, Baudet(2002), que:

A solução da pobreza passa necessariamente por decisões políticas. E a primeira ação é divulgar, discutir isso, o que não é tarefa apenas dos governantes nacionais. Cidades, associações, sociedade civil, ONG's não podem se eximir da crítica e do combate, e de apresentar alternativas ao atual modelo econômico hegemônico... Seria, no entanto, ilusório e perigoso pensar que esses atores venham substituir a ação do Estado. Não é esse o seu papel. Cabe ao novos atores ampliar elos que criem maior sinergia com as ações do Estado.(BAUDET, 2002)

## 4.2 – Déficit habitacional

Sabemos que a formação de áreas de Favelas vai além da questão de construção de unidades habitacionais. Falta nestas áreas toda uma infra-estrutura adequada capaz de garantir uma condição digna de sobrevivência a população favelada.

Porém, no Brasil encontramos um enorme déficit habitacional, principalmente quando observamos que a maioria das políticas habitacionais destina-se a uma população com faixa etária de renda superior a cinco salários mínimos, quando deveria justamente ser implantada para a população de baixa renda, ou seja, com renda até três salários mínimos.

A Fundação João Pinheiro, estima o déficit habitacional Brasileiro em 5,6 milhões de unidades(1995). Em Prado e Pelim estimaram o tamanho do déficit em 12,7 milhões de unidades (1992). (Miranda, 2001,p.04)

Segundo Roberto Gonçalves, o déficit habitacional pode ser avaliado a partir de elementos básicos:(Miranda, 2001, p. 05)

- Rusticidade das estruturas físicas das habitações em virtude da depreciação e/ou da utilização de materiais improvisados e não duráveis.
- A inadequação de algumas unidades habitacionais que, em decorrência de suas características físicas e funcionais, são utilizadas como domicílios de forma esporádica ou improvisada.
- A co-habitação (existência de mais de uma família por domicílio em média).

**Tabela – 9**

### **Composição do déficit habitacional no Brasil**

Tipo	Números absolutos	Percentual
Co-habitação	3.322.087	61%
Domicílios rústicos	1.849.023	34%
Cômodos alugados ou cedidos	187.864	3%
Domicílios improvisados	49.960	1%
Total	5.408.934	100%

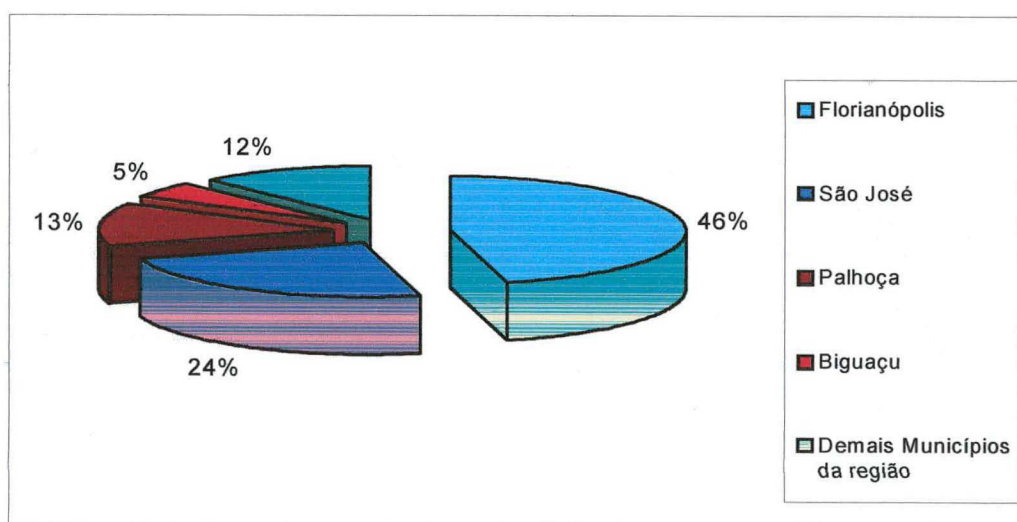
Fonte: Pesquisa Nacional de amostras de domicílios- PNAD-1996 – IBGE. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, 1998 apud Miranda, 2001, p.06)

De acordo com a tabela – 9, podemos verificar os tipos predominantes das habitações Brasileiras, sendo que o percentual de co-habitações chega a 61% e os de domicílios rústicos 34%. Podemos observar ainda, a necessidade da construção de habitações adequadas, que ofereçam o direito a habitações dignas de qualquer ser humano, no entanto, verifica-se, nas Favelas principalmente, o imprevisto, com a utilização de materiais dos mais variados tipos na construção de suas casas (papelão, plásticos, lonas, madeiras velhas e outras), essa moradias concentram um número de pessoas inadequados para o tamanho da habitação.

Segundo Miranda (2001), no Brasil a política habitacional costuma priorizar a produção de novas casas, enquanto o problema muita vezes está na falta de habitabilidade. Em Santa Catarina o déficit habitacional era de 126.410 unidades para a área urbana(1994), deste total 47% são habitações com características inadequadas. (Miranda, 2001,p.07) Já a Grande Florianópolis apresentava um déficit de 20.226 unidades(1994). Sendo que 9.506 eram famílias morando em situação inadequada e 10.720 sem moradia alguma. O déficit total correspondia a 11,24% (1994). Em 2000 foi estimado em 27.200 unidades habitacionais , sendo 23.941 nos quatros municípios da região conurbada (Palhoça, Biguaçu, São José e Florianópolis).( Dados IBGE, censo 2000 – Estimativa Miranda, 2001, p.07)

**Gráfico – 7**

**Déficit Habitacional da Grande Florianópolis**



Fonte: Estimativa Miranda, (2001, p.07)

De acordo com o Gráfico - 7 , Florianópolis concentra o maior déficit habitacional (46%), chegando a falta de moradias adequadas a mais de 12.436 unidades.



**Tabela –10****Unidades produzidas por Município e faixa de renda Familiar**

Município	Unidades produzidas	Até cinco salários mínimos		Acima de cinco salários mínimos		% do total
Florianópolis	7.879	3.692	33%	4.187	82%	48%
Biguaçu	743	627	6%	116	2%	5%
Palhoça	1.966	1.855	16%	111	2%	12%
São José	5.867	5.151	45%	716	14%	36%
Soma	16.455	11.325	69%	5.130	31%	

Fonte: PMF, IPUF, Caixa Econômica Federal -CEF, Companhia de Habitação - COHAB. (Miranda, 2001, p.12)

De 1967-2001, foram produzidas 16.455 unidades em 98 conjuntos habitacionais. Florianópolis foi responsável por 48% da produção, seguida por São José com 36%. No entanto, São José produziu mais unidades para a população de baixa renda – até cinco salários- representando 45%, Florianópolis, ao contrário, produziu mais unidades na faixa de renda elevada. Este fato pode explicar porque Florianópolis possui uma taxa de crescimento de Favelas superior aos demais municípios da região conurbada, mostrando que estratégias de afastar conjuntos habitacionais de baixa renda para a periferia é algo questionável em termos de política de desenvolvimento urbano. Dentre as instituições responsáveis pela construção de moradias, a COHAB-SC foi a que mais produziu com 49%, o Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais -INOCOP com 23%, a CEF com 21% e a PMF/UNIÃO com 7%. (Miranda, 2001, p.11)

Pode-se verificar nos últimos anos o aumento das construções de moradias por parte da PMF/UNIÃO, isso se justifica pelos novos projetos destinados as populações de baixa renda, ou seja, até três salários mínimos, um desses projetos é o Habitar-Brasil, que visa além da construção de moradias, a urbanização de áreas degradadas e melhorarias na sua infraestrutura.

#### **4.3 – Capacitação Profissional e Geração de renda**

Nos últimos anos o Brasil vem enfrentando uma crise no mercado de trabalho, com extinção de diversos postos de trabalho. O Estado, no entanto, vem propondo uma política de

inclusão social baseada na Capacitação Profissional e Geração de Trabalho e Renda, visando diminuir a desigualdade e proporcionar maior justiça social.

Medeiros(2001) afirma ser fundamental:

Ter um trabalho e uma renda é um direito de todo cidadão, pois a forma de distribuição de riquezas mais usual, no sistema econômico atual, é por meio do exercício de uma atividade remunerada, o emprego. Não Ter um trabalho ou emprego, significa, para uma parcela de trabalhadores, ser excluída do processo social, ser submetido aos dramas morais e econômicos da miséria e marginalidade.(Medeiros, 2001, p.01)

A grande preocupação do trabalhador é Ter uma fonte de renda, seja no mercado formal ou informal. Sendo que o setor informal vem crescendo significativamente, isso acarreta em prejuízos para o trabalhador pela insegurança e instabilidade de seus rendimentos e tempo de permanência, além de ficarem fora dos benefícios que o emprego formal possa oferecer. O setor informal ainda traz prejuízos também para o Estado, que deixa de arrecadar uma boa parcela de impostos, podendo ser revertido em benefícios para toda a sociedade.

Com o decorrer do desenvolvimento capitalista de produção, cada vez mais trabalhadores estão sendo substituídos por novas tecnologias, associado a isto, ocorre o aumento da população nas cidades, provocando uma saturação do mercado de trabalho urbano, por maior que possa parecer, ainda assim encontrará dificuldades de absorção de mão de obra.

De acordo com Medeiros(2001):

Para o Brasil , como potência econômica, o desemprego pode significar um entrave para sua afirmação mundial, mas para o trabalhador, a ótica é outra. Há décadas que o brasileiro vem expondo suas condições de vida no mundo do Trabalho... a exploração capitalista da mão de obra, a falta de subsídios para a própria reprodução da força de trabalho e as baixa oportunidades de ingresso/reingresso no mercado de trabalho fazem parte do cotidiano do trabalhador. (Medeiros, 2001,p.07)

Com as mudanças ocorridas na estrutura do mercado mundial, ao qual o Brasil faz parte, passã-se a exigir uma nova forma de inserção com políticas de Capacitação Profissional e Geração de Trabalho e Renda.

A nível Nacional este tipo de política passou a ser implantado a partir de 1996, com a criação do Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR), tendo como objetivos a construção metodológica conceitual, a formação de redes técnicas e parcerias com diversos atores sociais, envolvidos na questão emprego/desemprego, com atenção voltada para a

sociedade. O PANFOR, utiliza-se dos recursos vindos do Fundo do Amparo ao Trabalhador(FAT). (Medeiros, 2001)

Outra política adotada a nível Nacional de trabalho e emprego é o Programa de Geração de Emprego e Renda(PROGER), com o objetivo de investir no financiamento e apoio institucional à formação de empreendimentos industriais, comerciais e de serviços de micro, pequeno e médio porte. O programa também conta com os recursos do FAT. Sendo que os benefícios deste programas são destinados as pessoas físicas, trabalhadores autônomos, empreendimentos de caráter domiciliar, prestadores de serviços e artesãos, pessoas jurídicas, como micro e pequenas empresas instaladas ou em fase de expansão, que procuram expandir seus negócios, e cooperativas e associações que necessitem de financiamentos para investimentos e para capital de giro. (Medeiros, 2001)

Com o objetivo de promover um espaço de propostas coletivas para enfrentar a crise do emprego, essas propostas tem como estratégias, a descentralização do poder decisório e a otimização de recursos a partir da articulação institucional. Foram criados para tanto, a nível Federal, o Conselho deliberativo do FAT; a nível estadual, o Conselho Estadual do Emprego e Trabalho; a nível Municipal, o Conselho Municipal do Trabalho e emprego. ( Medeiros, 2001)

No entanto, o problema do emprego no Brasil, pode ser solucionado com mais eficácia a nível municipal, isto não significa que os outros agentes devem ficar de fora, ao contrário, devem Ter também uma participação ativa. Mas o Município pode Ter uma visualização mais eficiente na questão do desemprego local, sabendo quais as características do mercado, quais atividades podem ser incentivadas, suas potencialidades, adaptando-se as necessidades da sua população.

Medeiros(2001) firma ainda que,

Referente ao mundo do trabalho, os Governos Locais estão procurando adequar-se aos novos contextos, condizentes a discussão “emprego x desemprego” e na busca legitimação de sua posição de gestores e promotores primeiros das ações sociais. Cabe ao Governo Municipal retomar a frente da responsabilidade com as questões sociais, ser agente agregador dos atores sociais em torno do objetivo comum de desenvolvimento. (Medeiros, 2001, p. 12)

Dawbor e Bava(1996), contribuem propondo aos Municípios três linhas de ação: (Medeiros, 2001)

- a- elaboração de políticas de emprego e trabalho;
- b- a organização dessas políticas e
- c- formulação de estratégias.

### 4.3.1 – Capacitação Profissional e Geração de Renda em Florianópolis

A região de Florianópolis nos últimos anos, tem criado instrumentos para executar uma gestão integrada. Exemplo disso, foi a criação da Secretaria Municipal da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social(SMHTDS), em 2001, tendo como missão “Prestar assistência social integral às famílias Florianopolitanas, otimizando e articulando os recursos institucionais ampliando as parcerias, visando minimizar os níveis de exclusão social”. (SMHTDS, 2002)

Esta Secretaria concentra a Política Habitacional, com outras políticas de inclusão social, merecendo destaque os programas de Capacitação Profissional e Geração de Renda, tendo como missão: “Contribuir para o desenvolvimento Sustentável da população, em exclusão social, articulando redes de serviços para a organização comunitária, geração de trabalho e renda e melhoria da qualidade de vida. (SMHTDS, 2002)

#### 4.3.1.1 – Atividades desenvolvidas em 2002

##### 4.3.1.1.1 - Projetos de Capacitação Profissional:

**Tabela – 11**  
**Projetos Capacitação Profissional**

Projetos	Beneficiados (Pessoas)	Comunidades
Cursos de capacitação/ Convênio SENAC/PMF	71	Abraão / Chico Mendes / Morro do Mocotó
Cursos de capacitação – Projeto Germinar /SDF /UNISUL /PMF	223	Chico Mendes / Ingleses/ João Paulo / Monte Cristo / Promorar / Vila Cachoeira / Vila União
Cursos de capacitação / SINE / UNISUL /PMF	152	Abraão / Barra da Lagoa / Capoeiras / Itacorubi / Maciço do Morro da Cruz
Cursos de capacitação/Casa da Liberdade/PMF	89	Maciço do Morro da Cruz
Cursos de capacitação / FMIS/PMF	16	Chico Mendes / Nossa Senhora da Glória / Novo Horizonte
Total	551	14 comunidades

Fonte: Secretaria Municipal da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, (2002)

- Convênio PMF/ SENAC – executado com recursos da SMHTDS, nas áreas de serviços administrativos com informática, serviços de eletricidade, relações interpessoais e atendimento ao público.
- Projeto Germinar / SDF / UNISUL / PMF – executado com recursos do FAT, nas áreas de produção de artesanato açoriano, produção de crochê e tricô, serviços prediais e residenciais, serviços calçadistas e vestuário, serviços de escritório, eletricitista, gastronomia-culinária, profissionais na área estética, restauração e reciclagem de móveis, produção de motivos festivos, industrialização de pastifícios, reposição e estocagem de mercadorias.
- Curso SINE /PMF – executados com recursos do FAT, nas áreas de administração do lar, agroindústria art. de alimentos, bordado industrial, cestaria em papel e jornal, confecções de acolchoados, garçom e barman, manutenção de máquinas de costura, porcelana fria, reciclagem artesanal de papel.
- Casa da Liberdade /PMF – executados com recursos da PMF, nas áreas de aperfeiçoamento de artefatos de cerâmica, aperfeiçoamento em serviços serigráficos, corte e costura, informática, bordado à máquina.
- Cursos de capacitação / SED /ABRASEL / CIEE / PMF – executados com recursos da SED, com o intuito de oferecer cursos aos jovens secundaristas das comunidades do município, realizando estágio prático junto aos estabelecimentos comerciais, com previsão de ingressos no mercado de trabalho.
- Cursos de capacitação CIEE /SED / PMF – executados com recursos do CIEE, nas áreas de iniciação profissional em serviços de escritório e vendas.



**Tabela – 12****Quadro geral das atividades de capacitação profissional – 2002**

Execução de cursos por setores	Cursos executados em 2002			Número de parcerias envolvidas	Comunidades atendidas
	Número de cursos	Número de participantes	Número de formandos		
Arsanato/turismo	13	205	154	4	9
Construção civil	2	40	36	2	2
Comércio	2	44	42	1	3
Serviços	21	639	618	7	8
Outros	3	64	64	2	6
Total	41	992	914	16	28
Parcerias envolvidas	AFLOV, SENAC, SENAI, UNISUL, CEFET/FETESC, CIEE-SC, ABRASEL, SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO				
Comunidades atendidas	Abraão, Barra da Lagoa, Chico Mendes, Ingleses, Itacorubi, Lagoa da Conceição, Monte Cristo, Mont Serrat, Morro do Mocotó, Nossa Senhora da Glória, Novo Horizonte, Promorar, Vila Aparecida, Vila Cachoeira, Vila União.				

Fonte: SMHTDS –2002

**4.3.1.1.2 – Projetos Geração de Renda:****Tabela – 13****Projetos de Geração de Renda**

Projetos	Beneficiários	Comunidades
Aresp- associação recicladores esperança	32	Abraão / Chico Mendes / Jardim Atlântico / Monte Cristo / Nossa Senhora Da Glória / Promorar / Saco Grande 2 / Sapé / Vila Aparecida
Associação de Catadores de materiais recicláveis	62	Agrônômica / Morro da Caixa / Morro do Mocotó / Nova Trento / Vila Aparecida
Central de serviços	66	Chico Mendes
Total	160	15 comunidades

Fonte: SMHTDS – 2002

- Centros de Profissionalização Popular(CPP) – é um programa profissionalizante popular executado em comunidades de baixa renda, articulando recursos humanos, materiais e

espaços da própria comunidade junto com entidades conveniadas, objetivando a formação profissional e a geração de renda aos indivíduos maiores de 16 anos. Este projeto é coordenado pela PMF, em consonância com seu Conselho Deliberativo, o qual é composto por representantes (1 titular e um suplente) de cada entidade conveniada, sendo estas o SENAC, SENAI, UNISUL, Centro Federal de Educação Tecnológica e Fundação do Ensino Técnico de Santa Catarina - CEFET/FETESC e PMF e por representantes (1 titular e um suplente) dos conselhos locais existentes nas comunidades ligadas ao projeto. (Relatório 2002, SMHTDS. P.34)

- Projeto organização de empreendimentos produtivos – caracteriza-se pela organização e apoio a cooperativas, associações e grupos comunitários de trabalho, tendo como maior objetivo a instrução dos grupos para o auto-gerenciamento e inserção de seus produtos no mercado. Desenvolve seus projetos junto a Cooperativa de Vestuário – COOPVEST, sediada no Centro Social Urbano da Coloninha e também aos Grupos de produção artesanal de vestuário em tricô e crochê, localizados nos Conjuntos Habitacionais Vila Cachoeira/Saco Grande 2 e Via Expressa/Abraão. (Relatório – 2002, SMHTDS, p.34)

**Tabela – 14**

**Empreendimentos 2002**

empreendimentos		Benefícios/ insumos concedidos	Numero de beneficiarios
Grupos de produção	Abraão	- cursos de qualificação profissional - material de produção - equipamentos de produção - espaço para comercialização (casarão da alfândega).	12
	Vila Cachoeira	- cursos de qualificação profissional. - Material de produção - Equipamentos de produção - Espaço para comercialização (casarão da Alfândega).	12
COOPVEST		- espaço para produção - espaço para comercialização dos produtos (box PMF/Camelódromo) - equipamento de produção	22
Total			46

Fonte: SMHTDS – 2002

- Associação dos coletores de materiais recicláveis – o objetivo do projeto é assegurar a organização dos coletores de materiais recicláveis, com vistas a formas de trabalho associativas e integradas, estimulando a autonomia da associação como um núcleo de geração de renda, resguardando a preocupação sanitária e a qualidade ambiental da cidade. A associação situa-se nas imediações da parte insular da Ponte Pedro Ivo Campos e suas atividades são desenvolvidas em parceria com a Companhia Melhoramentos da Capital - COMCAP, Secretaria de Urbanismo e Serviço Público - SUSP, SMHTDS e PMF. Ao todo são 65 papaleiros associados.(Relatório – 2002, SMHTDS, p.34)
- Associação de Recicladores Esperança – Itacorubi – O objetivo do projeto é o apoio a auto gestão e criação de mecanismos para inserção dos produtos desenvolvidos pela associação no mercado consumidor. Conta com a parceria da Fundação Banco do Brasil, Centro de educação Tecnológica de Santa Catarina, UNISUL, UFSC, Associação Floripolitana de voluntários - AFLOV e COMCAP. (Relatório – 2002, SMHTDS, p.35)

**Tabela – 15**

**Quadro geral das Atividades Geração e Renda – 2002**

Ações	Número de pessoas cadastradas	Número de pessoas atendidas/participantes/associados	Número de comunidades envolvidas	Número de Parcerias envolvidas
Aresp	32	32	06	04
Associação de coletores de materiais recicláveis	62	62	05	02
Central de serviços	66	66	04	04
Total	160	160	15	10
Parcerias	AFLOV, SENAC, SENAI, UNISUL, CEFET/FETESC, FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, COMCAP, UNISUL, UFSC, CDL.			
Comunidades atendidas	Morro do Mocotó, Mont Serrat, Chico Mendes, Vila Aparecida, Abraão, Vila Cachoeira, Vila União, Itacorubi, Ingleses, Barra da Lagoa, Lagoa da Conceição, Promorar, Monte Cristo, Nossa Senhora da Glória, Novo Horizonte			

Fonte: SMHTDS –2002

## Capítulo - V

### 5 - Conclusão

O Brasil, nos últimos anos, vem apresentando um crescente número de Favelas e da população localizadas nestas áreas. Este fato deve-se, em grande parte, ao processo histórico de desenvolvimento Capitalista de produção adotadas no país, que empurra um número crescente de migrantes para as cidades e sua periferias. Como o sistema não consegue absorver todo contingente populacional, uma grande parcela acaba excluída socialmente.

Florianópolis não é diferente, nos últimos anos a população cresceu significativamente, atraídos pela qualidade de vida e atividades como o turismo, que apresentam-se como promissora na absorção de mão de obra. Este fato acaba não concretizando-se e boa parcela da população excluída, encontra como alternativas as áreas de Favelas.

As Favelas apresentam como principais carências: a falta de infra-estrutura urbana, econômica e social. Isto significa que não basta apenas a construção de unidades habitacionais (ainda que estas sejam imprescindíveis), o problema das Favelas passa por uma estrutura que seja capaz de inserir esta população na sociedade urbana.

Não parece tarefa fácil, principalmente pelas dificuldades e preconceitos que essa população vem sofrendo ao longo de sua história. As Favelas são vistas, muitas vezes, como lugar para pobres, onde imperam a desorganização, falta de higiene, bandidos e criminosos. Estes aspectos não podem ser confirmados, porque a maioria de sua população é composta por pessoas que realmente querem uma oportunidade de participar da sociedade, no entanto, encontram diversos obstáculos, sendo talvez, o mais importante, a falta de capacitação profissional associada a baixa escolaridade.

São expulsos do lugar de origem, onde já não conseguem o mínimo para a sua sobrevivência e de sua família, vêm para as cidades achando estarem melhorando sua condição de sobrevivência, o que algumas vezes acaba acontecendo(dado a situação de pobreza do lugar de onde vieram), mas a grande maioria acaba excluída, ficando a sempre a margem, com os piores postos de trabalho, subemprego, baixa remuneração, instabilidade e insegurança.

Culpam os moradores da favela como responsáveis pela violência urbana, tráfico de drogas e assaltos. Mas esquecem de mostrar que alternativas lhes foram dadas, e qual o papel que o desenvolvimento capitalista de produção teve sobre a atual situação, que em nome de uma acumulação de capital, expulsam um contingente muito grande de pessoas, não só da acumulação, mas negando-lhes a própria condição de sobrevivência.

Por observações feitas nas áreas de Favelas, chega-se a conclusão de que a maioria de sua população que conseguem obter trabalho o fazem, havendo sempre uma busca incessante por inserir-se na sociedade urbana, seja através da melhoria de suas moradias, da educação, principalmente dos seus filhos, e ainda na economia como força de trabalho capaz de exercer funções qualificadas.

Apenas uma pequena parcela da população procura alternativas numa atividade considerada ilegal como o tráfico de drogas. Os jovens são os mais afetados por essa atividade por serem facilmente influenciáveis e atraídos pelos padrão de vida da classe média e alta. Em compensação são os primeiros a sentir suas conseqüências, como a dependência química, violência, sejam por membros do tráfico ou da própria polícia ao tentar reprimi-los.

É comum na Favela conviver com pessoas utilizando drogas em pleno dia e no meio da rua. Muitas vezes tendo que ceder espaços nos pontos de ônibus, que são utilizados como local de uso de drogas.

Mas mesmo nestas relações, percebe-se o quanto essa população é explorada em benefício de uma pequena parcela na acumulação capitalista.

Os moradores da Favela são utilizados não só como consumidores de drogas, mas principalmente como intermediários, através da formação de pontos de vendas. Geralmente os Favelados são consumidores de drogas baratas por não terem condições de pagar por outras mais caras, o que acaba levando a rápida dependência e a destruição. Assim os grandes consumidores de drogas caras são as elites urbanas, que acabam alimentando o tráfico e dando continuidade ao processo de expulsão e exploração a que estão submetidos os moradores da Favela.

Com isso buscamos mostrar que é impossível continuar sacrificando gerações e mais gerações através da exclusão e exploração, formadas na acumulação capitalistas. É necessário que sejam pensadas em reais mudanças nessas relações contraditórias que possam ser capazes de formar uma sociedade mais justa e igualitária.

As Favelas não podem ser tratados como um problema a parte, mas sim exigindo soluções coletivas, capazes de inserir os Favelados aos benefícios da sociedade. Coletivas

porque devem abrir espaço para discussão com os diversos segmentos sociais, ou seja, Estado, Iniciativa privada, e principalmente os Favelados. Sendo estes, os que realmente podem apontar as dificuldades e necessidades a qual estão submetidos.

A partir do conhecimento da realidade das Favelas, será necessário a integração de ações, ou seja, não adianta construir moradias, infra-estrutura, se essa população não tiver condições de auto-sustento, sem a necessidade de políticas assistencialistas compensatórias.

Chegamos a conclusão, que a política de inclusão social capaz de garantir a inserção é aquela que aja de forma coletiva, integrada, e acima de tudo dê condições dos favelados de independência, isso significa que o problema da exclusão deve-se em grande parte a dificuldade de obtenção de trabalho.

Dessa forma, parece fundamental a aplicação de políticas de inclusão que abranjam a qualificação Profissional e a geração de renda.

No Brasil, estas políticas começaram a ser implantadas a partir de 1996, com a criação do PLANFOR e o PROGER. Parece cedo para sabermos suas abrangências, mas quando descentralizamos estas políticas para o nível municipal, podemos Ter uma idéia da sua efetividade e eficiência.

Florianópolis, com a Criação da Secretaria Municipal da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social em 2001, vem tentando articular políticas de inclusão social, ou seja, abrangendo a questão urbana, econômica e social. Com a implantação de diversos projetos na questão habitacional, proteção social, e como também de capacitação Profissional e Geração de Renda.

A capacitação profissional e a geração de renda deve partir do conhecimento das potencialidades dos Municípios (atividades características que podem ser melhores desenvolvidas), em conjunto com o interesse e aptidão da população envolvida.

Estão sendo realizados no município diversos projetos, a partir desta observação, que visam acima de tudo diminuir a exclusão social, através da criação de condições de inserir-se no mercado local, seja através da formação de associações, cooperativas, ou mesmo da reinserção profissional.

Longe de ser o ideal, porém, representando uma perspectiva para a população excluída, os projetos de capacitação profissional e geração de renda, vêm atendendo um número ainda pequeno, se comparado a necessidade do Município, mas isto pode ser ampliado, buscando atender uma maior percentagem da população. Para tanto, parece

fundamental para o sucesso desses projetos a ampliação das parcerias , sejam em recursos financeiros, ou em níveis técnicos com melhor organização e abrangências das ações.

## 6 – Bibliografia:

ARRIGUI, Giovani. **A Ilusão do Desenvolvimento**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1997, p.295-349.

AUED, Idaleto M. **Marxismo e geografia**. Texto desenvolvido com base na palestra ministrada no Primeiro Encontro de Estudantes de Geografia. Chapecó, 2001, 40f.

BEAUDT, Pierre; LAVINAS, Lena. **Resumo - Conferências temáticas**. Disponível em <[prefeitura.sp.gov.br/urbis/2002/conf\\_tematicas\\_dia6\\_6.resumo.asp](http://prefeitura.sp.gov.br/urbis/2002/conf_tematicas_dia6_6.resumo.asp)>. Acesso em: jun. 2003.

BELCHIOR, Miriam. **Programa de integrado de inclusão social**. Ano 2002. Disponível em <[www.santoandre.sp.gov.br](http://www.santoandre.sp.gov.br)>. Acesso em: jun. de 2003.

BELLUZZO, Luiz G.; COUTINHO, Renata(org.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil – ensaios sobre a crise**. Vol. 2, Campinas: UNICAMP, 1998, p.69-183.

BETTELHEIM, Charles. **Planificação e crescimento acelerado**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976, 261 p.

BITENCOURT, Ana C. **A urbanização e o meio ambiente em Florianópolis**. Florianópolis, 1998, 53f. Monografia (graduação em Ciências Econômicas) – UFSC.

CARVALHO, Edemir. **Exclusão Social e crescimento das cidades médias brasileiras**. Disponível em <[www.ub.es/geocit/sn/edemir.htm](http://www.ub.es/geocit/sn/edemir.htm)>. Acesso em: maio de 2003.

CHESNAIS, François. **A mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996, p.238-320.

CORREA, Roberto L. **O espaço urbano**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1993, 94 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**. p.17. Disponível em <<http://www1.ibge.gov.br/Home/presidencia/noticias/1202062003.indicador2002.shtm>> . Acesso em: jun. 2003

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil em Síntese**. Disponível em <[http://www1.ibge.gov.br/brasil\\_em\\_sintese/tabelas.htm](http://www1.ibge.gov.br/brasil_em_sintese/tabelas.htm)>. Acesso em: jun. 2003.

JONES, Alberto da Silva. **Política Fundiária do Regime Militar**: Legitimação privilegiada e grilagem especializada (Instituto de Sesmaria ao Estatuto da terra). São Paulo: USP. Tese de Doutorado, fevereiro de 1997.



LISBOA, Armando M. **Desordem do trabalho, economia popular e exclusão**. Algumas considerações. 37 p., 2003. Disponível em <[http://www.ecosol.org.br/textos/lisboa\\_desordem.doc](http://www.ecosol.org.br/textos/lisboa_desordem.doc)>. Acesso em : jun. 2003.

LUZ, Fernando A. C. **De sem-terra a favelado**: um estudo sobre os trabalhadores migrantes da região de Florianópolis. Florianópolis, 1992, 66f. Monografia (graduação em Ciências Econômicas) – UFSC.

MAPA DA EXCLUSÃO SOCIAL. **Retrato que mostra as várias faces de uma cidade**. Disponível em <<http://revista.fapemig.br/2/mapa>>. Acesso em: jun. 2003

MARX, Karl, **O capital: crítica da economia Política**. Livro 1 – o processo de produção do Capital, vol. 2. Cap. XXIII – A lei geral da acumulação capitalista, p. 712 – 782. 10 ed. São Paulo: Difel, 1985.

MATOS, Maria J.T. **De migrantes a favelados: estudo de um processo migratório**. 1 ed. Campinas-SP: UNICAMP, 1986, Vol., 262p.

MEDEIROS, Gelton. **Gerenciamento social: um estudo de caso**. Florianópolis, 2001, 77f. TCC (graduação em Serviço Social) – UFSC.

MEIRELLES, Sérgio. **A explosão urbana**. Revista ecologia e desenvolvimento, 5 ed., setembro/outubro de 2000. Disponível em <<http://etn.com.br>>. Acesso em: set. 2002.

MEIRELLES, Sérgio. **As favelas querem legalizar mercado informal**. Revista ecologia e desenvolvimento, n231, ano 2001. Disponível em <<http://www.etn.com.br>>. Acesso em: set. 2002.

MIRANDA, Rogério(a). **Habitação popular e Favelas**: em Biguaçu, Florianópolis, Palhoça e São José. Florianópolis, 2001, 27f.

MIRANDA, Rogério(b). **Perfil das áreas de interesse social do Município**. Florianópolis, 2001.

MOLLO, Maria de L. R. **Globalização da Economia, exclusão Social e instabilidade**. Disponível em <[www.intelecto.net/cidadania/global-4\\_html](http://www.intelecto.net/cidadania/global-4_html)>. Acesso em: maio de 2003.

MONTENEGRO, Marcelo. **Fim de Século: Cem anos sem justiça Social**. Caderno do Terceiro Mundo, n 181, ano 1995. Disponível em <<http://www.etn.com.br>>. Acesso em : set. 2002.

PEARLMAN, Janice E.. **O mito da Marginalidade: favelas e políticas no Rio de Janeiro**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981, 377 p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Novo atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil-IDH dos Estados da Federação**. Disponível em <[www.unpd.org.br](http://www.unpd.org.br)>.

Acesso em: jun. 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Informações Sócio Econômica**.

Disponível em <[http://www.pmf.sc.gov.br/cidade/inf\\_socio\\_economica2001/1.htm](http://www.pmf.sc.gov.br/cidade/inf_socio_economica2001/1.htm)>.

Acesso em: jun. 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Política Habitacional de Florianópolis**: versão preliminar – Fev. 2002, 96 p.

RYFF, Luiz A. **Brasil ganha 717 favelas em nove anos**. Da sucursal do Rio. Disponível em

<<http://www.gbrimbrasil.hpg.com.br/artigos/artigos.htm>>.

Acesso em: out.2002.

ROXBOROUGH, Ian. **Teorias do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, 161 p.

SECRETARIA MUNICIPAL DA HABITAÇÃO, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Relatório de atividades 2002**. Florianópolis, 2003, 80 f.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, URBANO E MEIO AMBIENTE.

**Diagnóstico da Exclusão Social em Sc – Mapa da Fome**.

Disponível em <<http://sds.sc.gov.br/menu.htm>>

Acesso em: jul. 2003.

SILVA, José G. **O que é questão agrária**. 17 ed. São Paulo: brasiliense, 1993, 107 p.

SOUZA, Edna R. **Favelas Prado e Savieiro: um retrato da segregação espacial em Biguaçu**. Florianópolis, 1997. Monografia (graduação em Ciência Econômicas) – UFSC.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos(orgs.). **Um século de Favela**. 1 ed. Rio de Janeiro:Fundação Getúlio Vargas, 1998, 372 p.

## **7 – Anexo:**

- **Anexo A** - Planilha Geral das comunidades - Favelas em Florianópolis
- **Anexo B** - Localização de áreas de interesse social

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**PLANILHA GERAL DAS COMUNIDADES**  
**FAVELAS EM FLORIANÓPOLIS**

DADOS DA PESQUISA DE 1992  
 PROJEÇÃO DE 1997  
 DADOS DE CAMPO DE 1996 E 1998 (PARCIAL)

Fonte : ipuf, setor habitação, PMF  
 ibge- assoc. hab. ufsc

COMUNIDADE	POPULAÇÃO 1992	1997, ESTIMATIVA	POPULAÇÃO 1998	REGIÃO DA CIDADE
AREIAS DO CAMPECHE	459	575		SUL DA ILHA
ARRANHA CÉU	396	671		REGIÃO DO CONTINENTE
BAIXADA DO SAPÉ	95	103		REGIÃO DO CONTINENTE
CAEIRA DA VILA OPERÁRIA	718	1.800		REGIÃO MORRO DA CRUZ
CANASVIEIRAS INVASÃO	-	56	56	NORTE DA ILHA
CARVOEIRA	138	150		REGIÃO DA ILHA
CCI	-	241		REGIÃO DO CONTINENTE
CHICO MENDES	4.330	4.450	4.493	REGIÃO DO CONTINENTE
COSTEIRA	1.746	3.200		REGIÃO DA ILHA
JARDIM ILHA-CONT.	624	679		REGIÃO DO CONTINENTE
MACLAREN	-	89	89	REGIÃO DO CONTINENTE
MONTE CRISTO	903	982		REGIÃO DO CONTINENTE
MONTE SERRAT	1.538	1.926		REGIÃO MORRO DA CRUZ
MORRO DA CAIXA I	430	538		REGIÃO DO CONTINENTE
MORRO DA CAIXA II	1.488	1.863		REGIÃO DO CONTINENTE
MORRO DA JANGA	506	857		REGIÃO SACO GRANDE
MORRO DA MARIQUINHA	1.337	1.926		REGIÃO MORRO DA CRUZ
MORRO DA PENITENCIÁRIA	1.246	1.560		REGIÃO MORRO DA CRUZ
MORRO DA QUEIMADA	495	538		REGIÃO MORRO DA CRUZ
MORRO DO 25	542	679		REGIÃO MORRO DA CRUZ
MORRO DO ATANÁSIO	292	495		REGIÃO SACO GRANDE
MORRO DO BALÃO	266	451		REGIÃO SACO GRANDE
MORRO DO CÉU	115	125		REGIÃO MORRO DA CRUZ
MORRO DO FLAMENGO	155	169		REGIÃO DO CONTINENTE
MORRO DO HORÁCIO	941	1.178		REGIÃO MORRO DA CRUZ
MORRO DO MOCOTÓ	1.105	1.418		REGIÃO MORRO DA CRUZ
MORRO DO PEDREGAL	522	884		REGIÃO MORRO DA CRUZ
MORRO DO QUILOMBO	262	444		ITACORUBI
MORRO DO VINO (CAJU)	516	874		REGIÃO SACO GRANDE
NOSSA SRA. DA GLÓRIA	1.256	1.366		REGIÃO DO CONTINENTE
NOSSA SRA. DO ROSÁRIO	138	150		REGIÃO DO CONTINENTE
NOVA ESPERANÇA	221	221		REGIÃO DO CONTINENTE
NOVA JERUSALEN	-	300	302	REGIÃO DO CONTINENTE
NOVO HORIZONTE	706	927	824	REGIÃO DO CONTINENTE
P.C. 3	-	343		REGIÃO DO CONTINENTE
PANTANAL	146	247		REGIÃO DA ILHA
PONTA DO LEAL	193	210		REGIÃO DO CONTINENTE
R. ADÃO REIS	103	124		NORTE DA ILHA
R. ANGELO LAPORTA	261	284		REGIÃO MORRO DA CRUZ
R. DO SIRI	142	465	444	NORTE DA ILHA
R. JOSÉ BOITEUX	288	313		REGIÃO MORRO DA CRUZ
R. LADELINA CRUZ LEMOS	126	137		REGIÃO MORRO DA CRUZ
RIO TAVARES	NÃO DISPONÍVEL	NÃO DISPONÍVEL		SUL DA ILHA
RUA DA CRUZ	NÃO DISPONÍVEL	NÃO DISPONÍVEL		REGIÃO SACO GRANDE
SERRINHA I	477	808		REGIÃO MORRO DA CRUZ
SERRINHA II	258	323		REGIÃO MORRO DA CRUZ
STA. CLARA/M. TOPP	364	396		REGIÃO MORRO DA CRUZ
STA. TEREZINHA I	645	683		REGIÃO DO CONTINENTE
STA. TEREZINHA II	225	370		REGIÃO DO CONTINENTE
TAPERA / PEDREGAL	NÃO DISPONÍVEL	NÃO DISPONÍVEL		SUL DA ILHA
VIA EXPRESSA	3.825	250		REGIÃO DO CONTINENTE
VILA APARECIDA I	670	705		REGIÃO DO CONTINENTE
VILA APARECIDA II	451	817		REGIÃO DO CONTINENTE
VILA STA. ROSA	630	685		REGIÃO DA ILHA
VILA STA. VITÓRIA	-	1.238		REGIÃO DA ILHA
<b>SOMA</b>	<b>32.290</b>	<b>40.283</b>		

